

**COMISSÃO  
DIRETIVA DAS  
ARTES MARCIAIS:**

---

**O CONTROLE E A  
FISCALIZAÇÃO  
DAS ARTES  
MARCIAIS E  
DESPORTOS DE  
COMBATE EM  
PORTUGAL**

---

---

VÍTOR ROSA

**VÍTOR ROSA**

**COMISSÃO DIRETIVA DAS ARTES MARCIAIS:  
O controle e a fiscalização das artes marciais e desportos de  
combate em Portugal**

**Covilhã  
2022**

<b>Edição</b>	Vítor Rosa
<b>Orientador</b>	Ricardo Ferraz
<b>Filiação institucional</b>	<i>Department of Sport Sciences, University of Beira Interior, Covilhã, Portugal Research Center in Sports Sciences, Health Sciences and Human Development, CIDESD, Vila Real, Portugal</i>
<b>Paginação</b>	VR
<b>Coordenação Editorial e Revisão</b>	VR
<b>Design gráfico</b>	Vítor Rosa
<b>Capa</b>	CANVA
<b>ISBN</b>	978-2-9557638-3-4
<b>1.<sup>a</sup> edição</b>	2022
<b>Local</b>	Covilhã

## **AGRADECIMENTOS**

É com prazer que exprimo aqui o meu reconhecimento a todos(as) os que me ajudaram na pesquisa de Pós-Doutoramento, inserida no âmbito do Centro de Investigação em Desporto, Saúde e Desenvolvimento Humano (CIDESD-UBI), Departamento de Ciências do Desporto, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas (FCSH), Universidade da Beira Interior (UBI).

Endereço os meus sinceros agradecimentos ao Professor Doutor Ricardo Manuel Pires Ferraz, da FCSH/UBI, pela supervisão desta investigação. A sua devoção atenta e a sua competência, tornaram os meus trabalhos de pesquisa agradáveis e frutuosa.

Agradeço ao Professor Doutor Daniel Almeida Marinho, Coordenador do CIDESD-UBI, a viabilização do projeto de investigação.

Tenho ainda a agradecer aos dirigentes e praticantes pelos testemunhos relativamente às artes marciais e desportos de combate (AM&DC) e sobre a Comissão Diretiva das Artes Marciais (CDAM).

## RESUMO

A Comissão Diretiva das Artes Marciais (CDAM) foi criada pelo Decreto-Lei n.º 105/72, de 30 de março no Secretariado Geral da Defesa Nacional (SGDN). Foi transferida em 1974 para o Estado Maior General das Forças Armadas (EMGFA). Por força do Decreto-Lei n.º 507/80, de 21 de outubro, foi reintegrada no Ministério da Educação e Ciência (MEC) e transferida para o Ministério da Qualidade de Vida (MQV) através do Decreto-Lei n.º 23/82, de 30 de janeiro. De acordo com o Decreto-Lei n.º 279-A/85, de 19 de julho, passou a ficar na dependência da Presidência do Conselho de Ministros. Viria a ser extinta pelo DR I Série n.º 33, de 9 de fevereiro de 1987.

Esta investigação tem por objetivo compreender a missão desta Comissão e todo o processo de controle e fiscalização das artes marciais nesse período em Portugal. Os resultados revelam que controlo das artes marciais e desportos de combate (AM&DC) foi muito controverso, que a CDAM não defendeu a sua integração no desporto e verificou-se um braço de ferro entre a Direção Geral dos Desportos (DGD), preocupada com o desporto nacional, e a CDAM, que defendia características específicas às artes marciais.

**Palavras-chave:** CDAM; Artes Marciais; Desportos de Combate; Desporto.

## **ABSTRACT**

The Comissão Diretiva das Artes Marciais (CDAM) was created by Decree-Law n.º 105/72, of 30th March in the Secretariado Geral da Defesa Nacional (SGDN). It was transferred in 1974 to the Estado Maior General das Forças Armadas (EMGFA). By force of Decree-Law n.º 507/80, of 21 October, it was reintegrated into the Ministério da Educação e Ciência (MEC) and transferred to the Ministério da Qualidade de Vida (MQV) through Decree-Law n.º 23/82, of 30 January. In accordance with Decree-Law no. 279-A/85, of 19 July, it came under the dependency of the Presidência do Conselho de Ministros. It was extinguished by DR I Series n.º 33, of 9 February 1987.

This research aims to understand the mission of this Commission and the whole process of control and supervision of martial arts in this period in Portugal. The results reveal that control of martial arts and combat sports (MA&CS) was very controversial, that CDAM did not defend their integration into sport and there was an arm wrestling match between the Direção Geral dos Desportos (DGD), concerned with national sport, and CDAM, which defended specific characteristics to martial arts.

**Keywords:** CDAM; Martial arts; Combat sports; Sports.

## ÍNDICE GERAL

AGRADECIMENTOS .....	4
RESUMO .....	5
ABSTRACT .....	6
ÍNDICE GERAL .....	7
INTRODUÇÃO.....	8
CAPÍTULO I: O desporto, as artes marciais e os desportos de combate .....	12
1.1 O desporto como fenómeno social .....	12
1.2 As artes marciais e os desportos de combate .....	15
CAPÍTULO II: Problemática de investigação e metodologia .....	21
2.1 Problemática de estudo.....	21
2.2 Metodologia .....	21
CAPÍTULO III: A CDAM e as artes marciais e os desportos de combate em Portugal .....	23
3.1 Contextualização histórica .....	23
3.2 Antes do 25 de Abril de 1974.....	23
3.3 A criação da CDAM.....	28
3.4 Pós-25 de Abril de 1974.....	35
3.5 A CDAM de 1980 a 1987 .....	42
3.6 A agonia e o fim da CDAM .....	55
CONCLUSÃO.....	59
BIBLIOGRAFIA.....	62

## INTRODUÇÃO

O desporto moderno surge como uma atividade de lazer adaptado à nossa civilização com uma dominante industrial e de serviços. Ele corresponde exatamente às necessidades do trabalhador urbano. Colocando o desporto escolar de lado, a atividade desportiva está ligada à atividade profissional, na medida em que o Homem é modificado por ela e ele é modificado pelo seu trabalho. Por outro lado, o trabalho produz nele um desequilíbrio, cuja tomada de consciência leva a uma aspiração, a um apelo inevitável na procura do seu equilíbrio vital. O sentimento de desequilíbrio determina a escolha do desporto e de uma certa prática desportiva. É impossível explicar a atração do desporto pelo trabalhador moderno se não temos em conta o jogo dialético das semelhanças e das diferenças entre a atividade do trabalho e da atividade de lazer. O desporto de competição ou de lazer, onde o esforço físico predomina, é apresentado, muitas vezes, como um antídoto para a fadiga intelectual. Para lutar contra a fadiga, o treino desportivo propõe métodos eficazes. Como todas as atividades de lazer, a prática desportiva situa-se na parte de não-trabalho, que a expressão “tempo livre” coloca em valor de forma significativa. É o tempo de liberdade, no qual o indivíduo, livre das suas obrigações e dos “papéis” tradicionais que a sociedade lhe impõe, acede a uma consciência renovada da sua unidade vital (Magnane, 1964). O desporto age como um tranquilizante complementar. Magnane (1964, p. 168) sublinha que “o desporto é a aprendizagem de uma liberdade que recusa os soporíficos e os sedativos de um sonho gratuito”. Nesse sentido, o praticante (atleta) é um *homo ludens*, sobretudo quando se esforça para escapar aos limites tradicionais do possível. Jean Prévost (1901-1944), escritor e atleta de consagrações oficiais, expôs nas linhas do *La chasse du matin* (1937) a sua conceção de um estilo de vida desportivo: a procura do sobrenatural humanizado e individualizado conquistado pela experiência do quotidiano do esforço sem limite.

Como facto social total, o desporto é a criação perpétua dos homens e mulheres que o praticam e o organizam e estes homens e mulheres são, por sua vez, transformados(as) por esta mesma criação.

Tratando-se do mundo social, classificar é classificar indivíduos, que, eles mesmos, classificam. É classificar coisas que têm propriedade de ser classificadas. A questão da classificação, tal como ela nos é colocada em sociologia, obriga a perguntar quem classifica no mundo social? Será que todos classificamos? Esta classificação é instantânea? Como é que



nós classificamos? Será que classificamos da mesma maneira que um biólogo, zoólogo ou botânico? Classificamos a partir de que definições, de que conceitos, etc.? O que é uma classificação objetiva (a partir de um conjunto de critérios ligados entre si por graus diversos, que se podem medir estatisticamente, isto é a realidade das coisas no seu estado latente)? Se todos classificam, será que os classificadores têm o mesmo peso social?

De uma forma simplista, o sociólogo Yonnet (2004) avança com uma classificação dos desportos em duas categorias: perfeitos e imperfeitos. O futebol, o atletismo, o basquetebol, são, para si, perfeitos. O boxe (nobre arte) e o judo são imperfeitos. No primeiro caso, a qualidade da performance julga-se pelo resultado. Existe uma instrumentalização igual: bicicleta, bola, pista, peso. Os adversários confrontam-se para designar um vencedor, um vencido, e romper provisoriamente o equilíbrio, até uma próxima oportunidade. No segundo caso, a classificação tem a ver com a infiltração da qualidade no mundo da quantidade (mensuração e pela rutura das condições de igualdade). Um juiz não é um árbitro. Um decide o resultado, o veredito; o outro, é encarregue de fazer respeitar a regra. Os desportos imperfeitos são sedutores, e muito populares, porque eles rompem com o equilíbrio normal da competição desportiva. Mas não são democráticos. São essencialmente desportos de clientela, onde se satisfaz a hierarquia, onde o inferior se vê a admirar o superior e o dominante o dominado. São também oníricos. O segredo do futebol é a de não ficar nesta ambivalência.

Considerando o aspeto nutricional, a classificação pode ser de desportos de curta, média e longa duração. Um médico francês especialista em desporto (Dr. Dumas), referenciado por Bouet (1968), resume-os da seguinte forma:

- Os desportos de curta duração: breve esforço, que não permite uma alimentação pré-competitiva. É o caso do atletismo, por exemplo, onde se concebe muito mal que o “sprinter” se possa alimentar durante o esforço.
- Os desportos de média duração: que obrigam a uma alimentação pré-competitiva. É, por exemplo, os desportos de equipa, onde a meio tempo se pode e deve ser utilizada para fins de descanso e recuperação energética.
- Os desportos de longa duração: que obrigam a uma alimentação pré-competitiva, como é caso do ciclismo, o alpinismo, a espeleologia, etc., que necessitam de um suplemento alimentar durante a competição.
- Mas estas considerações têm limites. As condições de treino moderno, sobretudo para o alto rendimento, requerem uma especialização nutricional racional.

A alternativa da classificação dos desportos de competição e em não competição foi alvitrada por Staley (1955). Ele distingue:

- Os desportos de acrobacia (fundamentalmente não competitivos). Exemplos: ginástica, patinagem no gelo (figuras), rodeo.
- Os desportos atléticos (fundamentalmente competitivos). Exemplos: basebol, futebol, ténis.
- Os desportos de combate (fundamentalmente não competitivos): Exemplo: esgrima.
- Os desportos de natureza (fundamentalmente não competitivos). Exemplos: canoagem pesca e vela.
- Os desportos individuais atléticos (fundamentalmente competitivos). Alguns representam uma forma competitiva de um desporto não competitivo. Exemplos: corrida de bicicleta, corrida a pé, corrida de skis.

Esta classificação encontra-se, em vários aspetos, desatualizada. O filósofo Bouet (1968) classifica as práticas desportivas em cinco grandes grupos:

- Os desportos de combate (boxe, judo, karaté, aikido, luta).
- Os desportos com bola (futebol, andebol, basquetebol, voleibol).
- Os desportos atléticos e de ginástica (halterofilia, atletismo, natação, ciclismo).
- Os desportos de natureza (alpinismo, canoagem, mergulho, espeleologia, pesca).
- Os desportos mecânicos (motociclismo, automobilismo).

Em suma, não se sabe qual é a força social destas classificações.

Existem diversas práticas desportivas, como vimos anteriormente. No âmbito delas, verifica-se um elevado número de artes marciais e de desportos de combate (AM&DC), todas(os) diferentes, ou pelo menos reclamando um espaço próprio: aikido, jiu-jitsu, karaté, kendo, kung-fu, shorinji-kempo, taekwondo, viet-vo-dao, yoseikan-budo, boxe, etc. Estas estão, atualmente, legalizadas em Portugal. Mas nem sempre foi assim. Na evolução das AM&DC em Portugal há a considerar, grosso modo, duas fases: a primeira, que podemos situar de 1907 até início de 1974, caracteriza-se por ser um período em que as práticas foram sendo introduzidas e institucionalizadas lentamente e se pautaram por um rigor, disciplina e até misticismo, por vezes exacerbados ou injustificáveis. Os centros de prática eram em

número muito reduzido e o controlo Estatal tornou-se muito apertado, sobretudo a partir de 1968. A segunda fase, que começa com a Revolução de Abril de 1974, introduziu um clima de maior abertura, potenciando uma maior difusão dos estilos e proliferação dos centros de prática, movimento consonante com a democratização do desporto em geral. Todavia, esse controlo Estatal estende-se até 1987.

O objetivo desta investigação de Pós-Doutoramento em Ciências do Desporto, na UBI, é analisar o papel da Comissão Diretiva das Artes Marciais (CDAM), criada em 1972 e extinta em 1987, no controle e fiscalização das artes marciais e dos desportos de combate (AM&DC) em Portugal, recorrendo a documentação produzida por esta Comissão, pelos clubes, associações e praticantes. Alguma dessa documentação é ainda hoje confidencial.

Como existe praticamente um espaço vazio na reflexão portuguesa acerca desta instituição e a sua atuação no controle e fiscalização das AM&DC em Portugal, no período em apreço, esperamos que esta investigação contribua para o enriquecimento do meio científico e académico nacional.

## **CAPÍTULO I**

### **O desporto, as artes marciais e os desportos de combate**

#### **1.1 O desporto como fenómeno social**

O desporto é um fenómeno social que impregna profundamente a vida quotidiana do Homem do século XXI. A sua presença impõe-se aos que o praticam, aos que o organizam, aos que o dirigem ou pretendem-no fazer ou ainda os que o pretendem combater (Magnane, 1964).

Enquanto estilo de vida, é um elemento de cultura, uma prática cultural, com elementos originais, uma relativa autonomia, uma história e com aspetos muitos específicos, instituições, valores simbólicos, entre outros aspetos, que dificilmente se encontram noutros domínios (During, 2002; Terret, 2006; Garcia & Cunha, 2016). O desporto moderno criou espaços e tempos que lhe são próprios. Os estádios, mas também os ginásios, os velódromos, recintos de patinagem, etc.), são os locais específicos que acantonam os exercícios e os espetáculos desportivos (Elias & Dunning, 1986). No âmbito da análise desportiva é preciso vencer os obstáculos epistemológicos. Por um lado, a evidência de que o desporto é uma atividade simples, “natural”, uma forma de expressão instintiva, onde toda a análise é supérflua. Por outro lado, o sistema de pensamentos pré-estabelecidos que explicam as práticas desportivas a partir das finalidades que lhe são atribuídas. No século XIX até ao meio do século XX, era anunciado que era uma “luta contra a degenerescência da raça”, preparação do trabalhador e do soldado, pacificação e controle das violências. Depois o discurso se desloca para a saúde, o desenvolvimento pessoal, o acesso à cultura e a cidadania. Nesta perspetiva, as práticas desportivas são valorizadas. Em sentido inverso, consideradas como uma vasta empresa de divertimento, de alienação, de transmissão de valores burgueses, do novo “ópio do povo”, elas são criticadas (During, 2002). De referir também a constituição do desporto como instituição. As instituições desportivas, as federações nacionais e internacionais, os comités olímpicos nacionais e o comité olímpico internacional, definem os espaços, os calendários, as modalidades de qualificação dos atores (atletas), as características do espetáculo, cujo aspetos financeiros não são de descurar. Para uns, é o aparelho do poder, ao serviço dos interesses da classe dominante. Para outros, é o reflexo das democracias.

O desporto como instituição surge na Inglaterra, da produção capitalista e da era industrial moderna. Ele não é homogéneo e tem um significado diferente segundo as classes sociais. Enquanto a burguesia concebe o desporto como um lazer e um divertimento, o

proletariado vê nele uma forma de recuperação física (Perelman, 1975). O desporto tem uma função de legitimação de ordem estabelecida. Ele nunca é colocado em causa, mas é sempre integrador. E esta função legitimadora do desporto provém de uma ideologia otimista do progresso ininterrupto ascendente e linear. Segundo Perelman (1975), o atleta de competição é um trabalhador que vende a sua força de trabalho e que é capaz de produzir um espetáculo atraindo multidões para um patrão. Para Magnane (1964), “a *paixão* pelo espetáculo desportivo, qualquer que seja a dose de convenção e de improvisação, de estimulação e de autenticidade que comporta, manifesta-se sempre pela necessidade evidente de uma *obsessão do visível*” (p. 101). A afirmação do eu, pela via competitiva, é uma dominante da cultura ocidental. Num contexto de “desportofilia”, “os encontros de alto nível denotam um entusiasmo, um fervor coletivo, que nenhuma outra esfera da vida social permite equivalente” (Lipovetsky, 2006, p. 249). Numa posição mais extrema, Perelman (1975) refere que o espetáculo desportivo opera uma “cretinização das massas” (p. 15).

A pluriatividade e o “zapping desportivo” não cessam de ganhar terreno, como forma de se ultrapassar o tédio, variar horizontes e os prazeres (Lipovetsky, 1992, 2006). Na competição, aprende-se a coragem, a lealdade, o ultrapassar-se a si próprio. O desporto é visto como uma escola de moralidade, onde se cultiva o gosto pela luta, o sentido do esforço, a solidariedade, o desinteresse, entre outros aspetos. Os campeões são considerados heróis populares, porque grande parte deles vêm de origem modesta (Magnane, 1964). Os indivíduos precisam de admirar. O desporto é a alegria da “alma” na ação. O mito do campeão é um poderoso meio de identificação e de gratificação dos indivíduos e grupos sociais. O campeão é um viajante de identidade. Ele representa o clube, a marca comercial ou a Nação à qual pertence.

O sociólogo francês Jean-Marie Brohm (1992) é o fundador de uma “sociologia crítica e radical do desporto”, que rejeita, irremediavelmente, a competição, sinónimo de violência, exploração e alienação, que conforta as relações sociais de produção numa sociedade dividida em classes. Consentir as regras da prova desportiva leva a aceitar as regras de dominação capitalista. A competição e o seu espetáculo levam a que as massas esqueçam os seus próprios interesses, servindo a dominação. O desporto é, assim, o “ópio” do povo, tipo de força narcótica, “clorofórmio” das massas “cretinizadas” pelo seu espetáculo. O autor denuncia, várias vezes, com um tom cáustico, que são “confrontações imbecis entre músculos”, “a dramaturgia digna de um romance”, com funções de “cretinização de massas” e de “encarceramento dos espíritos”.

Outro modelo teórico é o de Alain Ehrenberg (1991) e o de Christian Bromberger (1998). Para Ehrenberg, praticar desporto significa ir à conquista da sua identidade. A competição é muito igualitária. Existe confronto, mas com armas iguais. Exaltando o mérito, a competição não é uma porta aberta ao fascismo, como refere Brohm, mas uma metáfora da justiça em democracia. Este modelo é afinado por Bromberger. No fundo, passa-se de um mundo muito negro (o de Brohm) para um modelo cor-de-rosa (o de Ehrenberg e Bromberger). Os dois modelos não oferecem manifestamente a mesma visão do mundo, em geral, e do desporto, em particular. Passa-se de uma sociologia crítica da dominação desportiva a uma sociologia muito volátil, despolitizada e ingénua.

Socialização, inserção ou integração e catalisador de coesão social são algumas das funções do desporto. A Comissão Europeia definia, na década de 1990, cinco funções específicas no âmbito do desporto: 1) A função educativa para equilibrar a formação e o desenvolvimento dos indivíduos em todas as idades; 2) A função de saúde pública no quadro do bem-estar geral da pessoa para preservar o “capital-saúde” dos cidadãos; 3) A função social para lutar contra a exclusão, a intolerância, a discriminação e o racismo; 4) A função cultural, permitindo ao cidadão de se reconhecer no seu território; 5) A função lúdica como componente do tempo livre e do lazer individual e coletivo. A declaração do Conselho da União Europeia, de 05 de maio de 2003, refere que o valor social do desporto, sobretudo para a juventude.

Apesar de algumas derivas (corrupção, dopagem, violência, etc.), convém não atribuir ao desporto mais funções do que ele possui ou que pode assumir. Se a função social do desporto é reivindicada desde a origem dos discursos humanistas “coubertianos”, admite-se que a problemática da prevenção e de inserção social no e pelo desporto surge no início dos anos 1980. Desde essa altura, múltiplos programas têm sido aplicados e apelam às práticas desportivas para favorecer a integração, em particular os jovens desfavorecidos ou oriundos de bairros e/ou cidades reputados(as) de “sensíveis” ou “difíceis”. É uma forma de reação social ao famoso “mal dos bairros”, que é julgado como responsável pelo aumento da violência, de roubos, de tráfico de estupefacientes e de outras degradações dos bens públicos e privados.

Muitos dos programas e projetos desportivos desenvolvidos, quer em Portugal, quer no estrangeiro, adotam títulos como “inclusão”, “integração”, “inserção”, “socio-desportivos”, “de prevenção”, “de socialização”, “de educação” no e pelo desporto. Esta escolha terminológica sublinha a dificuldade de se nomear o “público-alvo” (os jovens de origem

estrangeira, os jovens saídos da imigração, os jovens de bairros sociais, os jovens em dificuldade, os jovens difíceis) e os territórios abrangidos (bairros “problemáticos”, “sensíveis”, de exilados). Na realidade, a escolha terminológica confirma a incapacidade recorrente de se reconhecer o problema identitário desses jovens e de os acompanhar num eventual processo de integração ou de inserção e de se assegurar o desenvolvimento equilibrado do território.

## 1.2 As artes marciais e os desportos de combate

O objetivo das AM&DC, sejam eles da tradição ocidental (e.g. boxe, as lutas amadoras) ou oriental (e.g. judo, aikido, karaté, taekwondo), é de colocar o Homem face a face com o seu semelhante. Bouet (1968, p. 94) lembra que o “homem é um lobo para o homem”. As regras definidas eliminam ou limitam as lesões corporais e estabelecem uma fórmula de “regulação de contas” de forma leal. Para Mennesson e Clément (2010), as AM&DC são considerados como um espaço suscetível de confortar e de preservar a identidade masculina, controlando e reprimindo a expressão da violência física.

Arte marcial é uma noção plural (Dervaux, 1997). Aquilo que nós agrupamos com o termo “artes marciais” (desportos de combate orientais) faz referência a um conjunto complexo de práticas conhecidas depois do período *Kamakura* (fim do século XII) no Japão, que se repartem entre *Budô* (pacíficas, sem armas) e os *Bugei* (utilizando armas), fundadas sobre o respeito do *Bushidô* (código de princípios morais) ou a “via dos guerreiros”<sup>1</sup>. No século XX, com a ocupação americana do Japão (1945-1952), estas práticas foram proibidas. As artes marciais foram transformadas no final do século XIX em práticas desportivas, isto é, codificadas, regulamentadas de forma a serem inofensivas para os praticantes, e algumas inscritas inscreveram-se num quadro competitivo (Clément, 1981, 1995, 2001). Esta codificação teve a ver com a globalização/mundialização das práticas da tradição oriental para o Ocidente, ou por outras palavras, receberam influências do modelo de desporto moderno criado no Ocidente.

Depois da sua introdução no Ocidente, as práticas de combate asiáticas, popularizadas e depois mediatizadas, não pararam de suscitar interrogações quanto às razões do sucesso da sua implantação e difusão (Braunstein, 1999, 2001). Na sua origem são, antes de tudo, um fenómeno urbano, ainda que durante muito tempo sofrendo de má reputação, pois foram

---

<sup>1</sup> O conceito de *Bushidô* foi introduzido no Ocidente por Inazô Nitobé (professor da Universidade Imperial de Tóquio e membro da Academia Imperial de Tóquio), em 1901. Cf. a sua obra Nitobé (1927).

conotadas com movimentos políticos extremistas. Este facto levanta então a questão de como se poderá explicar o seu sucesso a partir dos anos 1970 na Europa? Uma parte da resposta encontramos-la em Braunstein (1999, p. 70) quando afirma que: “a criação de clubes deve-se à desestruturação familiar, sobretudo com as separações e divórcios, dando origem a um individualismo”. Os clubes criam um quadro familiar, isto é, encontram-se os amigos, os praticantes familiares (e.g. irmãos, tios, sobrinhos, etc.). Baquet (1942, p. 266) realça que “o clube é o prolongamento da família, é lá que se conhecem as puras alegrias, a franca camaradagem e a amizade. O clube é o intermediário entre a família e a pátria. Ama as tuas cores, luta pelas suas glórias”. Assim, é no clube, esta estrutura de acolhimento “apolítica” (Brohm, 1976, p. 213), que se deve operar a integração do indivíduo ao Estado, como “uma experiência original da vida democrática” (Commission de la Doctrine du Sport, 1965, p. 50)<sup>2</sup>. É pelo clube que se opera a continuidade da família e, em colaboração com ela, a socialização dos indivíduos. É pelo clube que se inculcará na criança os valores nacionais, mas também, “o sentido social e o gosto da coesão graças à educação moral pelo desporto” (Baquet, 1942, p. 50). De facto, o desporto foi concebido como um meio de integração e de adaptação do indivíduo. O clube é a “célula base” da organização desportiva. É a grande família. E ele se imbrica com outras instituições que estruturam o tecido social, nomeadamente a escola. Os clubes são também um campo de concorrência entre organizações “rivais”.

Também a mediatização das artes marciais através da difusão de filmes, colocando em cena personagens históricas terá contribuído (e.g. Bruce Lee, Chuck Norris, Steven Seagal, Jean-Claude Van Damme, etc.) (Bernard, 2015). Podemos, assim, concluir que os meios de comunicação social contribuíram amplamente para muitos praticantes fazerem uma viagem real entre os dois imaginários do Oriente e Ocidente. A influência das técnicas de combate asiáticas é tão grande que basta constatar que elas substituíram os métodos de combate nacionais da polícia, militar ou mesmo no desporto. Bernard (2015, p. 55) sublinha que as “representação cinematográficas das artes marciais são uma síntese de componentes de uma dimensão particular do imaginário asiático”. A expressão cinematográfica das artes marciais pode ser considerada como um produto cultural pós-moderno porque os realizadores e produtores podem recriar e provocar hibridações simbólicas, dentro dos limites do possível

---

<sup>2</sup> A *Commission de la Doctrine du Sport* (1965) defendia, em França, a posição de que toda a ingerência exterior na gestão de um clube poderia fazer desaparecer a coesão, a sua vitalidade e a sua originalidade. Para isso, preconiza ser necessário manter na direção membros voluntários e eleitos. Esta Comissão coloca em evidência a situação difícil que é a de encontrar dirigentes e colaboradores dinâmicos e competentes para assumir as árduas tarefas de direção das associações desportivas.



(Bernard, 2015). Por outro lado, “o cinema das artes marciais é um produto cultural que corresponde, a maior parte do tempo, aos desejos dos espectadores masculinos” (Bernard, 2015, p. 63).

Não estamos de acordo com Ordioni (2002, p. 33) quando afirma que as artes marciais não tiveram sucesso no início do século devido ao “código da força ser dominante”. O que nos parece é que elas não tiveram sucesso no início do século pela simples razão de serem praticamente desconhecidas da maioria dos ocidentais. Também o facto de as artes marciais terem sido proibidas pelos americanos durante a ocupação do Japão, de 1945-1952, terá criado obstáculos à sua difusão. A Segunda Guerra Mundial (1939-1945), na Europa, com a maioria dos homens na frente de combate, também não poderia proporcionar uma divulgação e aprendizagem das artes marciais.

No caso de Portugal, algumas das artes marciais e desportos de combate foram, igualmente, proibidas e altamente controladas pelo Estado, através da CDAM (1972-1987), pertencente ao Ministério da Defesa (Rosa, 2007, 2016b). Só a partir de 1950 é que os primeiros praticantes ocidentais dão a conhecer as modalidades, assistindo-se à criação dos primeiros clubes, e à chegada dos primeiros mestres japoneses para a Europa para ensinar e divulgar as suas disciplinas de combate, e também, à divulgação dos primeiros filmes com os combates coreografados (Bruce Lee, por exemplo), assim como foram divulgados os primeiros livros sobre o assunto (García, Rosa & Gutiérrez, 2010).

A essência dos desportos de combate e das artes marciais é ambígua, na perspetiva de Bouet (1968). Elas exigem muita disciplina pessoal, um respeito autêntico e contínuo pelo outro (adversário), mas onde os antigos (veteranos) têm estratégias de conservação, tendo por objetivo tirar proveito de um capital progressivo acumulado. Os mais novos (os novos aderentes) assumem estratégias de submissão orientadas para a acumulação de um capital específico. Bourdieu (2002, p. 200) resume bem a questão na sua teoria de campo quando afirma que: “a luta permanente no interior do campo é o motor do campo”. E “aqueles que lutam pela dominação fazem com que o campo se transforme, que ele se reestruture constantemente” (Bourdieu, 2002, p. 200).

A ligação forte aos desportos de combate e artes marciais mergulha as suas raízes no passado da humanidade e de desporto radical, levando a uma situação vital. Enquanto os outros desportos exigem espaços, material ou mobilizam uma equipa numerosa, os desportos de combate contentam-se com a proximidade imediata dos dois adversários. Os dois reunidos e unidos na sua oposição constituem uma situação total, não interferindo outros elementos de

forma determinante. O espaço é definido como um local de interação, com os limites dados pelos tapetes (*tatamis*) ou o ringue.

Os desportos de combate são desportos de contacto. Não é apenas verdade para o boxe ou para a luta, pois o toque na esgrima é, de facto, um contato; e sabe-se que os golpes do sabre podem ser rudes. Bouet (1968, pp. 96-97) refere a este propósito que “a troca de golpes, a mútua aceitação provoca uma espécie de fraternidade viril e anula as suscetibilidades”, e que a “proximidade-promiscuidade dos corpos levam a um alerta das faculdades de atenção e de inteligência”. Os combatentes observam-se, procuram os pontos fracos, julgam-se, antecipam as suas ações e reações respetivas, organizam uma tática, e em certos momentos inventam, segundo uma verdadeira inspiração com paradas e ripostas com a prontidão do espírito. Como sublinha este autor, nos desportos de combate a personalidade é predominante e, na grande maioria, ao abrigo dos recordes, da velocidade, e da distância, o que o leva a afirmar que são resguardados da “robotização”, pois restituem ao desporto a dimensão humana.

Bouet (1968) classifica os desportos de combate em duas grandes categorias: aqueles que utilizam armas e aqueles que fazem intervir os meios naturais de ataque e defesa do corpo humano. Entre estes últimos, o autor ainda distingue os que agarram o corpo do outro (são todas as formas de luta); e os que dão golpes aos adversários (boxe, por exemplo).

Caraterizadas por elementos tradicionais e modernos, repetitivos e inovadores, a adaptação das artes orientais e dos desportos de combate tem-se vindo a fazer aos poucos, ainda que seja visível uma reviravolta desportiva nas últimas décadas, marcada pelo predomínio da competição (Rosa, 2016a, 2017, 2020). Mas, no fundo, são práticas que visam a demonstração de capacidades combativas, com ou sem armas, referindo-se a uma tradição e se transmitem pela aprendizagem de mestre a aluno. A diversidade de apropriação e de usos sociais de um mesmo desporto por diferentes grupos sociais leva a que cada um tente impor a sua definição legítima de praticar (Rosa, 2017, 2020). O olhar de Mauss (1936) revela que as técnicas do corpo não se limitam ao uso de instrumentos. Elas diferem com as culturas (Rosa, 2019).

Existe um elevado número de artes marciais, todas diferentes, ou pelo menos reclamando um espaço próprio: aikido, jiu-jitsu, karaté, kendo, kung-fu, shorinji-kempo, taekwondo, viet-vo-dao, yoseikan-budo, etc. A multitude de disciplinas que compõem o universo das artes marciais é um mosaico heteróclito (Bernard, 2014) e a proximidade cultural das diferentes artes marciais leva ao processo de diferenciação da técnica e social. E a

diversificação das artes marciais, como o conjunto das práticas desportivas e corporais, não se efetua de maneira socialmente indiferenciada (Clément, 2001). Uma modalidade (kendo, aikido) atrai um público melhor dotado em capital cultural do que outras. O “processo de civilização” (Elias, 1975), ao qual participa de certa forma a internalização das artes marciais, como do desporto, mas sobre bases diferentes (a cultura japonesa se exporta em “fragmentos”, para retomar uma expressão de Pinguet, 1984), não exclui o processo de apropriação e de diferenciação social e de distinção no interior de uma mesma sociedade. Como para outras práticas culturais, como a culinária ou vestimentária, os significados e os usos das artes marciais devem se situar no espaço das práticas culturais que possuem a sua própria historicidade, o seu universo simbólico e uma dinâmica de aculturação singular (Clément, 2001). As conjunturas económica, política, social e desportiva não são favoráveis às conceções não competitivas da atividade física, pelo que algumas modalidades se tornaram olímpicas (judo, taekwondo).

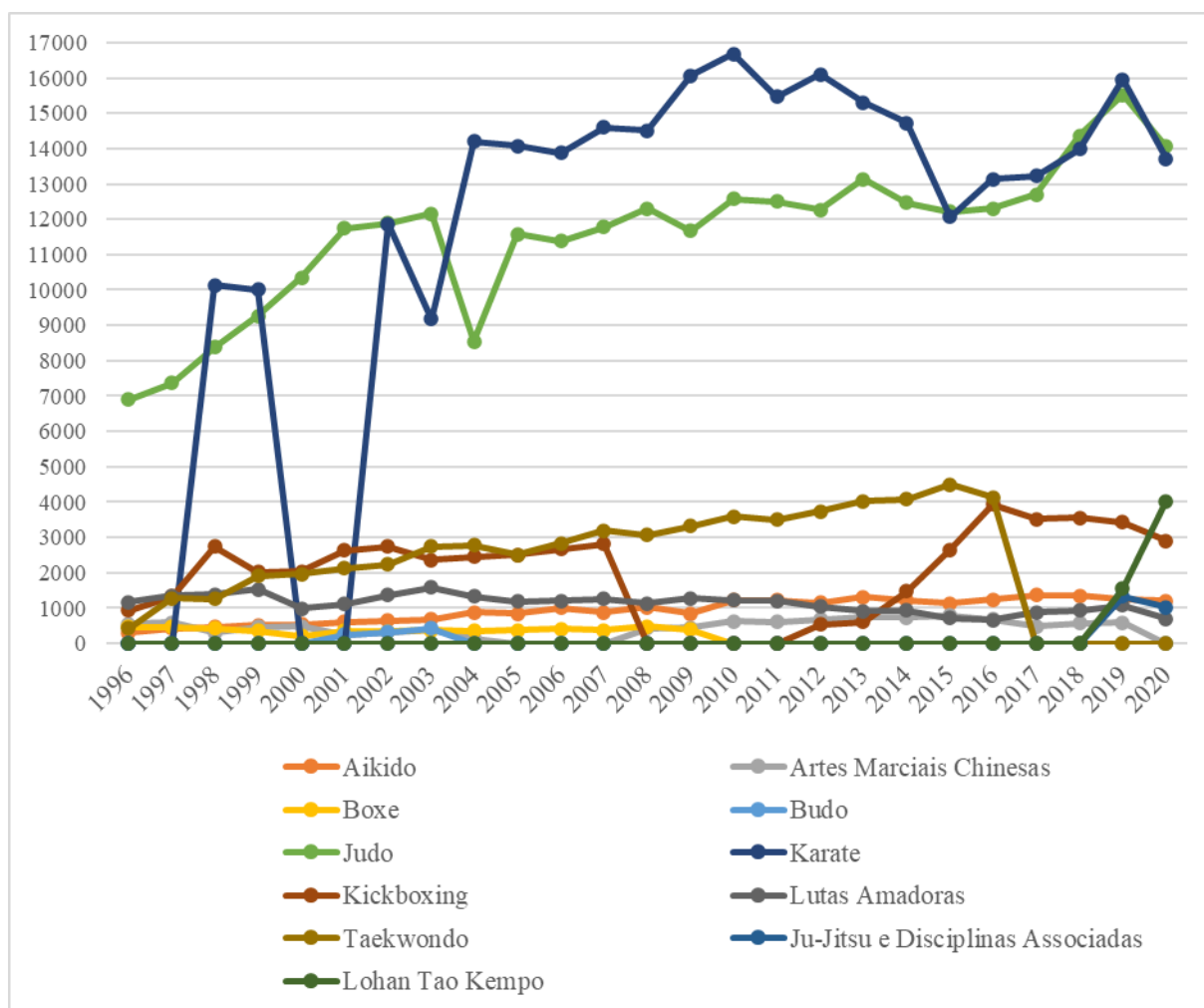
Apesar das naturais diferenças que as distinguem, pode-se nelas encontrar características comuns:

- São formas de luta altamente eficazes em caso de combate real;
- Exigem elevado grau de destreza e capacidade volitivas;
- São fortemente hierarquizadas (modelo herdado dos sistemas políticos e sociais orientais do passado), e os seus mestres, os detentores dos “segredos” da arte, têm um poder “absoluto”;
- Reclamam-se de uma filosofia própria;
- Prevalece a relação individual mestre-discípulo;
- Apresentam características auto-reprodutivas, isto é, os alunos ou “discípulos” mais avançados ajudam o mestre e, mais cedo ou mais tarde, temos novos mestres.

O panorama social é plural. E estas práticas sociais devem ser tidas em conta pela sua forma individual e singular para se perceber toda a sua complexidade. As AM&DC existem e evoluem nas sociedades, segundo diferentes finalidades: a forma como alguns praticantes investem na investigação; como os meios sociais das disciplinas influenciam os praticantes; a construção social dos valores nos praticantes; a forma como as lesões são vividas e interpretadas; o lugar do corpo nos treinos exigentes em função da procura da alta

performance; a relação das disciplinas no seio de uma sociedade que procura manter as suas práticas tradicionais num mundo em mudança (Bernard, 2020).

Em Portugal, o número de praticantes desportivos federados nas AM&DC tem vindo a aumentar, como ilustra o Gráfico 1, mas verificam-se alguns decréscimos: boxe (de 463 em 1996 para 387 em 2020 e lutas amadoras (de 1169 em 1996 para 700 em 2020).



**Gráfico 1: Evolução do número de praticantes desportivos federados em algumas AM&DC em Portugal, de 1996 a 2020.**

Fonte: PORDATA (15/11/2021)

## **CAPÍTULO II**

### **Problemática de investigação e metodologia**

#### **2.1 Problemática de estudo**

Esta investigação pretende analisar o papel da CDAM em Portugal, criada em 1972 pelo Decreto-Lei n.º 105/72, de 30 de março, com o intuito de atender a conveniência de segurança interna. A CDAM, organismo dependente do então Departamento Defesa Nacional, tinha por atribuições a superintendência e o controle do ensino, aprendizagem ou prática das AM&DC em Portugal. Por este mesmo diploma sancionou-se com prisão e multa a prática não autorizada das artes marciais. A CDAM era constituída por um presidente, cinco vogais e um inspetor, coadjuvada por um conselheiro técnico e um secretário. Em 1980, por Decreto-lei 507/80, de 21 de outubro, todas as referências feitas aos Ministros da Defesa Nacional e da Educação e Ciência são substituídas por Ministro da Qualidade de Vida, pelo que a CDAM passa para a dependência deste ministério com a aprovação da Lei orgânica do Ministério da Qualidade de Vida, por Decreto-Lei 49/83, de 31 de janeiro. A CDAM foi extinta pelo Decreto-Lei 69/87 de 9 de fevereiro.

Nesta análise interessa-nos também compreender a relação de poder exercida pela CDAM juntos dos atores (praticantes) de AM&DC, mas entendemos, na esteira de Crozier e Friedberg (1977), que o poder não existe em si. Ele é uma relação e não um atributo dos atores. Só se pode manifestar – e, portanto, constrangedor para uma das partes em presença – pela relação, colocando os atores dependentes uns dos outros. É uma relação recíproca, mas desequilibrada. Tal como refere Bourdieu (2001, p. 4), não se pode “apreender a lógica mais profunda do mundo social a não ser mergulhando na particularidade de uma realidade empírica, historicamente situada e datada”.

#### **2.2 Metodologia**

Os assuntos que preocupam os sociólogos, quer na teorização, quer na investigação, são muitas vezes semelhantes aos que preocupam muitas outras pessoas. Mas os resultados destas investigações afastam-se das crenças de senso comum. Para esta investigação, recorreremos a diversa documentação produzida pela CDAM, bem como pelos clubes, associações e praticantes durante esse período. O fundo documental encontra-se no Arquivo da Defesa

Nacional (ADN)<sup>3</sup>. É constituído por 184 processos acondicionados em 17 unidades de instalação. O acesso à documentação fez-se de acordo com a lei geral aplicável. Alguns documentos encontram-se reservados no âmbito da proteção de dados (40 anos a contar sobre a data final do processo). O fundo documental encontra-se organizado em 12 séries ordenadas por ordem original, cronológica e alfabética:

SR. 1 - Pessoal da CDAM

SR. 2 - Administração e Finanças da CDAM

SR. 3 - Informações e correspondência

SR. 4 - Correspondência com organismos nacionais

SR. 5 - Correspondência com organismos internacionais

SR. 6 - Normas regulamentares e propostas de organização da CDAM

SR. 7 - Processos disciplinares e atividades ilegais

SR. 8 - Formação

SR. 9 - Judo desportivo

SR. 10 - Artes marciais

SR. 11 - Federações internacionais

SR. 12 - Associações de artes marciais: legalização de atividades.

Os documentos foram entregues ao ADN em 5 de fevereiro de 2019 pela Comissão de Educação Física e Desporto Militar (CEFDM) da Direção Geral de Recursos da Defesa Nacional (DGRDN).

De referir que no âmbito de uma pesquisa de doutoramento (Rosa, 2007, 2017), tivemos acesso a muita dessa informação em primeira mão e tivemos longas conversas com o Conselheiro-Técnico, e posteriormente Presidente, da CDAM, José Manuel Monteiro Fiadeiro, e o Dr. João Correia Boaventura (1924-2013), que teve funções dirigentes na Direção-Geral do Desportos (DGD). Foram entrevistas conduzidas de forma informal e permitiram reunir mais informação do que a que teríamos conseguido obter apenas através dos documentos que tivemos acesso. Os seus testemunhos, e a informação disponibilizada, foram preciosos para este trabalho. A tese de doutoramento esteve referenciada, durante muito tempo, como texto de apoio, no site da ADN, tal como se encontra na página da Federação Nacional de Karaté – Portugal (FNK-P)<sup>4</sup>.

---

<sup>3</sup> Cf. Plano de Classificação em <https://arquivo-adn.defesa.gov.pt/details?id=36035> (consultado em 02/06/2021).

<sup>4</sup> Cf. <https://www.fnkp.pt/historia/> (consultado em 16/06/2021).

## **CAPÍTULO III**

### **A CDAM e as artes marciais e os desportos de combate em Portugal**

#### **3.1 Contextualização histórica**

Na evolução das artes marciais em Portugal há a considerar, grosso modo, duas fases: a primeira, que vai de 1907 até início de 1974, caracteriza-se por ser um período em que as práticas foram sendo introduzidas e institucionalizadas lentamente e se pautaram por um rigor, disciplina e até misticismo, por vezes exacerbados ou injustificáveis. Os centros de prática eram em número muito reduzido e o controlo Estatal era muito apertado, sobretudo a partir de 1968. A segunda fase, que começa com a Revolução de Abril de 1974, introduziu um clima de maior abertura, potenciando uma maior difusão dos estilos e proliferação dos centros de prática, movimento consonante com a democratização do desporto em geral.

#### **3.2 Antes do 25 de Abril de 1974**

Em Portugal, a partir da década de 1960, verificou-se uma grande expansão e incremento das artes marciais: aikido, judo, karaté, kendo, e outras consideradas semelhantes. De acordo com um levantamento de informações de 17 de julho de 1966, na União Portuguesa de Budo (UBU) encontravam-se filiadas quatro organizações (Academia de Budo, Secção de Artes Marciais do Colégio Militar, Secção de Artes Marciais do Colégio “O Académico”, Centro de Artes Marciais da Beira, Moçambique<sup>5</sup>), estavam inscritos aproximadamente mil praticantes e havia onze instrutores, dos quais oito estavam no ativo.

O crescente entusiasmo pela aprendizagem e prática das artes marciais no País, leva a que estas modalidades passem a ocupar um aspeto central na vida de muitas pessoas – seja no que diz respeito ao dia-a-dia, seja em termos de objetivos de vida mais amplos. Incapaz de controlar os centros de prática que iam abrindo um pouco por todo o território nacional, a UBU vai pressionar o Ministério da Defesa Nacional (MDN) no sentido de serem criadas medidas reguladoras, procurando atingir o seu objetivo. Neste desafio, utiliza uma argumentação, que não vai deixar indiferente este ministério – a perigosidade das artes marciais. Alguns exemplos são suficientes para ilustrar esta questão:

1. O comando distrital do Funchal da Polícia de Segurança Pública (PSP) manifestava por escrito a sua apreensão relativamente à proliferação dos centros de prática: “(...)

---

<sup>5</sup> Moçambique tornou-se independente de Portugal em 25 de Junho de 1975.

não tarda que comecem os nossos guardas a ser agredidos e neutralizados quando tiverem que intervir com os treinados lutadores”, e que viria, pontualmente, a acontecer<sup>6</sup>;

2. Os membros do então gabinete do Ministério da Administração Interna (MAI) eram da opinião de que: “(...) em vez da prática de um desporto salutar, se verifica pelo contrário, servirem estes centros de preparação de novos “gangster” potenciais, à custa dos quais oportunistas sem escrúpulos, colhem bons e fáceis proventos”<sup>7</sup>;
3. Chegavam a Portugal notícias “alarmantes” relacionadas com o karaté: nos Estados Unidos da América (EUA) a polícia tinha ordens superiores para atirar a matar contra qualquer indivíduo que, numa desordem, tomasse uma posição de karaté. No Japão, no pós-guerra, as entidades americanas obrigaram os praticantes japoneses de karaté a usarem permanentemente um distintivo bem visível, isto depois de verificarem que um só homem de karaté punha fora de combate vários indivíduos, mesmo armados. Tinham também que comunicar à polícia a mudança de residência e as deslocações que fizessem pelo País. Em França, várias revistas da especialidade abordavam o assunto com sérias apreensões, e os praticantes de karaté tinham constituído problema importante para a polícia francesa. Na União da África do Sul, num artigo publicado em Johannesburg, era referido que o Ministro do Interior de África do Sul, ameaçava cancelar uma digressão de peritos japoneses de karaté se houvesse qualquer publicidade. Um deputado de Cape Town propunha o controle do Governo sobre livros de instrução de karaté e judo. Um dirigente sul-africano, Sebastian Hawking, comentava: “O que pensam que aconteceria se 20.000 Bantus aprendessem karaté? Poderiam pôr este País em caos durante uma só noite!”<sup>8</sup>.

Em traços largos, estes exemplos, apoiando-se, por vezes, em interpretações extremamente ténues, lendas, memórias pessoais, exageros promulgados em benefício de uma ou outra causa, contribuíram para se considerar na época que o espírito das artes marciais não era proveitoso na educação dos cidadãos, em especial da juventude.

Assim:

---

<sup>6</sup> Cf. o jornal *Diário Popular*, de 6/04/1985, p. 8.

<sup>7</sup> Cf. os jornais *A Capital*, 15/04/1985, p. 48, e o *Correio da Manhã*, 16/04/1985, p. 4.

<sup>8</sup> In ofício CDAM, 9/05/1966, processo M/1, n.º 699.



1. Dado que se pretendia evitar o seu desenvolvimento incontrolado que, à semelhança do ocorrido noutros países, poderia dar lugar a situações delicadas, tardiamente remediadas por meio de legislação apropriada;
2. Dado que se queria salvaguardar os interesses da segurança do País e não para que sobre elas se exercesse qualquer controlo de carácter desportivo ou se inspecionassem os seus processos e técnicas de ensino<sup>9</sup>;
3. Dado que se queria acabar com a euforia dos reparos trocados entre a UBU e a FPJ sobre o que era o judo marcial e desportivo, o primeiro entregue à UBU, competindo à Defesa Nacional o seu controlo; o segundo dentro do âmbito desportivo, merecendo o aval da Direcção-Geral dos Desportos (DGD), e sobre quem tinha o direito de promover o karaté e atribuir as graduações;

em 2 de Maio de 1966, o ministro da Defesa Nacional promoveu a constituição de um grupo de trabalho formado por representantes do Ministério de Educação Nacional (MEN), do MDN, através do Departamento da Defesa Nacional (DDN), da Federação Portuguesa de Judo (FPJ) e da UBU para se elaborar matéria para apreciação conjunta dos ministros da Educação Nacional e da Defesa Nacional.

A primeira reunião desta comissão interministerial teve lugar no dia 18 de julho de 1966, no gabinete do ministro da Defesa Nacional, em Lisboa. Dos trabalhos desta comissão, viria a resultar um relatório de três páginas, assinado conjuntamente pelos delegados dos dois ministérios em causa, anexando-se um projeto de Decreto-Lei.

Das alterações propostas pela Procuradoria-Geral da República, nomeadamente as relacionadas com as sanções aplicáveis, resultou a publicação do Decreto-Lei n.º 48462, de 2 de julho de 1968<sup>10</sup>. Foi a primeira iniciativa legislativa da Presidência do Conselho no sentido de moralizar, fiscalizar e controlar as práticas orientais de luta.

O Art.º 1.º do citado normativo alude que competia ao DDN a autorização e fiscalização do ensino, aprendizagem ou prática de artes marciais, com exclusão do judo desportivo, o qual é confiado ao MEN, mas com a ressalva, di-lo o § único, do que seja apenas “permitido pelo regulamento das técnicas para graduação” a promulgar pelo MEN, ouvido o DDN, o que condicionava desde logo os parâmetros do que se pudesse considerar “judo desportivo”<sup>11</sup>.

---

<sup>9</sup> *Op. cit.* do General Carlos Vidal de Campos de Andrada, presidente da CEF DFA, ofício n.º 52/69, 15/12/1969.

<sup>9</sup> *In* DG n.º 155, I Série.

<sup>10</sup> *In* DG n.º 155, I Série.

<sup>11</sup> A Ocidentalização do autêntico judo japonês, com as consequentes adulterações na sua filosofia primitiva, deu origem a uma cisão do seu conceito; chamou-se então de judo marcial ao primitivo judo japonês e de judo

Este parágrafo indiciava a criação de um cordão umbilical ao ministério da guerra, relutante em transferir o domínio do judo marcial para outro ministério<sup>12</sup>, o que é patente no Art.º 2.º ao estipular a prisão dos praticantes das artes marciais “não autorizados”, em locais não autorizados, o que colidiria com as funções da Direcção-Geral da Educação Física, Desportos e Saúde Escolar (DGEFDSE), entidade coordenadora e orientadora do desporto associativo privado, dependente do MEN.

Relutante porquê? Porque o judo era considerado de grande interesse para as Forças Armadas (FA), na medida em que podia preparar os seus cultores para o combate real, para a luta corpo-a-corpo contra um adversário que podia estar armado e que podia tirar partido do peso, estatura ou força. Como tal, justificava-se que o judo marcial, o recrutamento e cadastro dos seus cultores fossem controlados pelas FA, através dos seus órgãos qualificados.

Como as artes marciais não eram consideradas atividades desportivas, faltava regulamentar o dispositivo legal de 1968 para se entender melhor os espaços sociais em que as artes marciais se deveriam mover, o que era esclarecido no Art.º 3.º ao remeter o instrumento regulador para uma futura Portaria, o que nunca ocorreu, por vários motivos. A saber:

1. Da leitura do articulado do projeto de regulamento, verificava-se que era cometida à UBU grande soma das atribuições e competências. Ora a UBU não era mais que uma entidade meramente particular, associação como qualquer outra. Era, pois, uma associação “fiscalizada” e não “fiscalizadora”.
2. Só um órgão competente do próprio DDN ofereceria as garantias suficientes e estaria de acordo com o que a lei prescrevia. Isto era tanto mais evidente, quanto é certo que o Art.º 2, do Decreto-Lei 48462, previa sanções que além de multa, podiam acarretar prisão de três meses a um ano.
3. O projeto Decreto-Lei e o projeto regulamento nada referiam quanto ao Ultramar. Ficava por esclarecer quem era o delegado do Secretariado-Geral de Defesa Nacional (SGDN) que atuaria como elemento de ligação entre o DDN e a UBU. Quem sancionava o delegado? Quem avaliava a sua idoneidade? Quem fiscalizava os *dojos*,

---

desportivo ao da iniciativa Ocidental. Assim, enquanto que o primeiro, visando a realidade, requer uma missão livre, o segundo torna-se um ramo do desporto, visando a educação física, o campeonato, uma organização colectiva, rígida e complexa, integrando-se no espírito das federações desportivas.

<sup>12</sup> Augusto da Silva Viana, Tenente Coronel do Conceito Estratégico Militar (CEM), numa carta de 04 de novembro de 1959, endereçada ao Diretor Geral da Educação Física e Desportos, refere “que o Departamento da Defesa se pronuncia pela conveniência de se separarem no nosso país as actividades ditas ‘Judo desportivo’ das de ‘Judo marcial’, ficando estas últimas sob controle militar”.

academias ou agremiações? Quem tinha a representação do DDN? Quem, em cada Província, comunicaria às entidades competentes as infrações abrangidas pelo Art.º 2, do Decreto-Lei 48462?

4. Não oferecia garantias uma junta médica a designar pela UBU constituída apenas por um médico psiquiatra e um médico de clínica geral ou pela possibilidade de na mesma fazer também fé um atestado de médico assistente. A junta seria de carácter permanente ou a sua constituição era ocasional?
5. Não se julgava igualmente que a idoneidade moral e cívica se pudesse comprovar por uma simples declaração de dois cidadãos tidos ou julgados de reputação, ainda que lhes juntassem certificados de registo criminal e policial, limpos.
6. Cabia à Direcção-Geral de Segurança do Ministério do Interior (DGS) a fiscalização sobre infrações contrárias ou prejudiciais à segurança interna, tanto na Metrópole como no Ultramar. No entanto, as dúvidas recaíam sobre quem instruía os respetivos processos. Quem os enviava para julgamento e aplicação das sanções? Aos tribunais militares por se tratar de infrações de artes marciais? Aos tribunais correcionais? Como seria graduada a pena em função da infração e a correspondência de uma em relação à outra? A multa era sempre acessória da pena? Qual o seu quantitativo? E este era fixo ou variável?

Em informação interna (n.º1/68), o Presidente da CEFDFA, General Francisco Holbeche Fino, refere que face às solicitações do Secretariado Geral da Defesa Nacional (SGDN) à Comissão de Educação Física e Desportos das Forças Armadas (CEFDFA) sobre o Decreto-Lei /n.º 48462) e Portaria de Regulamentação de toda a problemática respeitante ao ensino e práticas das artes marciais, a CEFDFA tem vindo a aprofundar a sua posição. E a sua posição é a seguinte:

- 1) Que as Artes Marciais ficam sobre o controle da Defesa Nacional a fim de salvaguardar os interesses da Segurança Social do País e não para que sobre elas se exerça qualquer controle de carácter desportivo ou se inspecionem os seus processos e técnicas de ensino.
- 2) Que a CEFDFA é criada para se pronunciar sobre a problemática da E.F. dos três Ramos das Forças Armadas e não para que através dela se exerça qualquer controle de atividades que se considere, poderem pôr em perigo, a Segurança Nacional.

Entende que “tudo o que se refere à Regulamentação e Controle das Artes Marciais será da competência da Repartição da Defesa Nacional especializada em segurança e não da C.E.F.D.F.A.”.

Em informação interna do SGDN (inf. n.º 2/70), de 02 de fevereiro de 1970, é referido que “o ensino e a prática das artes marciais só pode interessar às Forças Armadas sob os dois aspectos seguintes”:

- 1) Para efeitos de recrutamento, a fim de que os praticantes de artes marciais em idade de prestação de serviço militar, sem destinados a Unidades especiais de Comandos, Fuzileiros ou Paraquedistas, consoante o ramo das Forças Armadas em que vierem a ser incorporados.
- 2) Para efeitos de segurança social, a fim de que os praticantes de artes marciais que não estejam a prestar serviço militar, possam ser aproveitados ou fiscalizados pelas entidades competentes da segurança, quanto às suas actividades políticas, em especial durante situações de emergência, num âmbito que, salvo melhor opinião, pertencerá à Direcção-Geral de Segurança do Ministério Interior, que possui não a respectiva competência como os meios de execução.

Perante isto só um diploma suficientemente esclarecedor seria capaz de disciplinar e regulamentar a prática das artes marciais. Assim, durante cinco anos “viveu-se sem os receios da segurança interna, e com a despreocupação do ensino incorreto das artes marciais” – dada a ausência da regulamentação prometida pelo diploma de 1968 – até 1973, ano em que a Presidência do Conselho, juntamente com os Ministérios do Interior, do Ultramar e da Educação Nacional, aprovou a Portaria n.º 813/73, de 17 de novembro<sup>13</sup>, que regulamentaria, não o diploma de 1968, como previsto, mas o Decreto-Lei n.º 105/72, de 30 de março<sup>14</sup>, entretanto publicado e com regulação mais alargada que o de 1968.

### **3.3 A criação da CDAM**

Só com o Decreto-Lei n.º 105/72 é que se reforçam as ideias expostas em 1968, e cria-se, no âmbito do DDN, a CDAM. Este organismo tinha a incumbência de orientar, controlar e fiscalizar as artes marciais, à semelhança da Direcção-Geral de Educação Física e Desportos (anterior DGDEFSE) relativamente aos desportos. Assim, quem tivesse ou quisesse formar um centro de prática ou uma associação tinha que obter autorização deste organismo estatal.

---

<sup>13</sup> DG n.º 269, I Série.

<sup>14</sup> DG n.º 76, I Série, de 30/3/1972.

A adoção das medidas previstas procuravam reprimir o ensino incorreto das artes marciais, salvo as modalidades praticadas por pessoal das forças armadas ou militarizadas, de harmonia com as instruções superiormente autorizadas, e a consequente exploração do seu mercado, bem como proteger todos os praticantes que, honestamente, se dedicavam à sua prática. Quem quisesse praticar estas disciplinas, tinha, entre outros aspetos, que oferecer garantias de idoneidade moral e cívica, com acatamento da ordem social estabelecida. O pedido de autorização era endereçado diretamente à CDAM. Esta, de acordo com a legislação em vigor, juntava todos os processos dos requerentes e pedia parecer à DGS, que abonava ou não os referenciados. No entanto, esta informação, só por si, não era suficiente para negar a autorização. O certificado do registo criminal era apreciado em conjunto e, se havia dúvidas, voltava-se a solicitar da DGS a revisão da informação. A título de informação, convém referir que esta era uma prática que os departamentos do Estado faziam em relação aos candidatos ao funcionalismo público.

Vários pedidos foram recusados por motivos graves de ordem criminal e não de política, segundo os dirigentes da CDAM. Por outro lado, a preocupação era o de não “entregar” os jovens a agentes de ensino que não estavam habilitados<sup>15</sup>, podendo ocorrer acidentes com repercussões para o resto da vida, quer no plano físico, quer mental, e que era denunciado por pareceres jurídicos e outros estudos que entretanto iam chegando às mãos dos dirigentes da CDAM.

A CDAM era constituída por um presidente, cinco vogais, um inspetor e coadjuvado por um conselheiro técnico e um secretário<sup>16</sup>. O cargo de presidente era exercido, por

---

<sup>15</sup> Cf. o jornal *A Capital*, de 25/11/1986, pp. 10-11.

<sup>16</sup> O General Carlos Campos de Andrada tomou posse e iniciou as funções de Presidente da CDAM em 02 de dezembro de 1972 (DG n.º 293, II Série, de 19/12/1972). Cessou as suas funções por transitar para a situação de reforma, em 06 de fevereiro de 1973.

Para o lugar de Secretário foi nomeado sob proposta do Presidente da CDAM e por despacho do Ministro da Defesa Nacional de 29 de janeiro de 1973, portaria publicada no Diário do Governo n.º 102, II Série de 01 de março de 1973, o Alferes Miliciano de Artilharia Victor Manuel Serrador Fonseca da Mota, em acumulação com as funções da Comissão de Educação Física e Desportos. Iniciou as suas funções em 01 de fevereiro de 1973.

Para o exercício de funções de Inspetor, foi nomeado o Tenente Coronel da Força Aérea Lélío de Almeida Ribeiro (despacho do Ministro da Defesa Nacional de 03 de agosto de 1972), acumulando o cargo de vogal da Força Área na CEF DFA, tendo sido exonerado em 29 de janeiro de 1974 por ter sido nomeado para Comissão de Serviço no Ministério do Ultramar. Em 09 de julho de 1973 foi inspecionar o Centro de Karaté em Leiria. Em informação interna, levantou-se a possibilidade de inspecionar os Centros de Artes Marciais em Angola e Moçambique.

No cargo de Conselheiro-Técnico nomeou-se o Capitão Tenente José Manuel Monteiro Fiadeiro (despacho do Ministro da Defesa Nacional de 19 de junho de 1972).

Sem prejuízo para as funções que desempenhava na Região Militar do Porto, Quartel Geral, 2.ª Repartição, o Major de Infantaria António José Guerra Gaspar Borges foi nomeado delegado da CDAM no Porto (n.º 2824/1.ª, Proc. 01.05.05, 20 de maio de 1976).

Pelas Portarias publicadas no D.G n.º 7, II Série, de 09 de janeiro de 1973, foram nomeados para vogais o Professor de Educação Física Pedro Nolasco da Silva (Direção-Geral da Educação Física e Desportos do

inerência, pelo presidente da CEF DFA. Três dos vogais eram representantes dos Ministérios do Interior, da Educação Nacional e do Ultramar, designados pelos respectivos ministros signatários do diploma; os outros dois seriam representantes eleitos dos centros de prática de artes marciais (na prática, estes últimos nunca foram nomeados)<sup>17</sup>.

As competências da CDAM eram as seguintes:

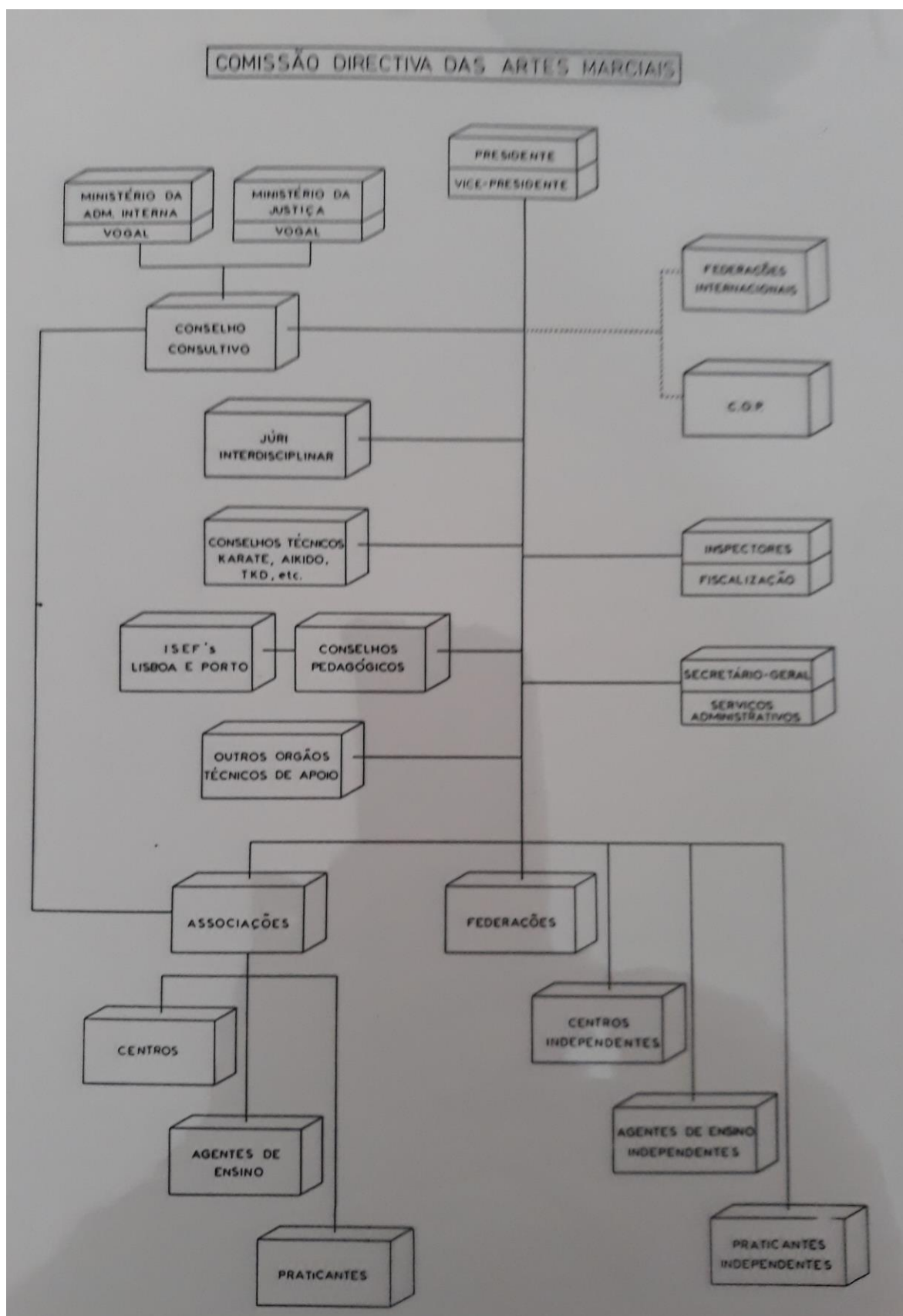
- Conhecer os pedidos de autorização de ensino, aprendizagem e prática de artes marciais;
- Cancelar as autorizações concedidas;
- Homologar a escolha dos dirigentes dos centros de prática de artes marciais e a eleição dos representantes dos mesmos na CDAM;
- Designar os organismos que podiam proceder aos exames dos que pretendiam autorização para ensinar ou praticar artes marciais;
- Orientar os programas de atividades dos centros e dar assistência técnica;
- Decidir sobre a homologação das classificações dos praticantes dessas artes;
- Fiscalizar as atividades dos centros de prática de artes marciais e modalidades desportivas afins;
- Instaurar processos de inquérito e disciplinares;
- Propor ao ministro da Defesa Nacional as providências necessárias para a boa execução do Decreto-Lei e normas regulamentares, incluindo a criação de comissões provinciais ou distritais.

---

Ministério da Educação Nacional) e Dr. António da Silva Teles (Chefe da Repartição do Ensino da Direção-Geral de Educação do Ministério do Ultramar). O Professor Álvaro Luís Santos Vilar Moreira, do Ministério da Educação Nacional (MEN), foi nomeado vogal da CDAM (D.G, n.º 155, II Série, de 04 de julho de 1973 (33741)), substituindo Pedro Nolasco Silva.

Do Ministério do Interior, foi nomeado representante o Inspetor da Direção-Geral de Segurança Joaquim Malta de Oliveira Monteiro (of. 4159/72, Proc. MN-9/3917, de 6 de setembro de 1972). Será depois substituído pelo Major de Infantaria Joaquim da Cunha Caetano, chefe da 3.ª repartição do Comando-Chefe da Polícia de Segurança Pública (DG, n.º 202, II Série, de 30 de agosto de 1974).

<sup>17</sup> Fiadeiro (2018, p. 68) refere que “este número de dois representantes dos destinatários deste diploma, espelha a situação que se pensava existir nessa época em que pontuavam apenas duas associações ativas, a Academia de Budo, ligada ao Ministério do Interior, e o Centro Nacional de Karaté, ligado ao Secretariado da Juventude”.



**Figura 1: Estrutura orgânica da CDAM**

O diploma em causa previa nos artigos 13.º, 14.º e 15.º um conjunto de sanções disciplinares para os que ensinavam, aprendiam ou praticassem artes marciais, sem a autorização legalmente exigida, ou fora das instalações dos centros autorizados para esses fins, que iam desde a simples advertência à pena de prisão (de três meses a dois anos).

Cerca de quatro meses depois de ter sido criada a CDAM, um despacho ministerial<sup>18</sup>, datado de 11 de maio de 1972, estabelece as taxas para o ensino, aprendizagem e prática de artes marciais. Estas taxas destinavam-se a cobrir as despesas da CDAM, que tinha autonomia financeira.

A primeira reunião da CDAM ocorreu no dia 06 de fevereiro de 1973. Estiveram presentes o Presidente, General Carlos Campos de Andrada, os Vogais dos Ministérios do Interior, Educação Nacional e Ultramar, o Inspetor da DGS Joaquim Malta Oliveira Monteiro, Professor Pedro Nolasco da Silva e Dr. António da Silva Teles, o Inspetor, Tenente Coronel Lélío de Almeida Ribeiro<sup>19</sup>, o Conselheiro-Técnico, Capitão Tenente José Manuel Fiadeiro<sup>20</sup>, e o Secretário, Alferes Miliciano Victor Manuel da Mota. Foi dada posse aos vogais, que se manifestaram estar disponíveis para auxiliar a CDAM. Foi feita a história sobre o karaté e o judo, o ponto de situação sobre os problemas relativos ao controlo das artes marciais no Ultramar, a aplicação das medidas disciplinares, a hipótese de criação de um organismo do tipo federação desportiva dentro da Comissão, entre outros aspetos. A segunda reunião teve lugar no dia 27 de março de 1973, tendo estado presentes os mesmos intervenientes, com exceção de Lélío de Almeida Ribeiro por motivo de doença. Foi colocado à consideração dos vogais o projeto de regulamento da CDAM. O vogal do Ministério do Ultramar não concordou com o título, porque o regulamento não era da CDAM, mas das próprias artes marciais. Sugeriu existir um preâmbulo sobre o que se entendia por artes marciais. O vogal do MEN achou que o projeto do regulamento focava muito as funções específicas dos membros da Comissão e reforçou a opinião do vogal do Ministério do Ultramar. A terceira reunião ocorreu em 10 de abril de 1973. Ausentes estiveram o vogal do MEN (Pedro Nolasco da Silva) e o Inspetor Lélío de Almeida Ribeiro. “Foi aprovado por unanimidade que a CDAM ficaria apenas com o controle das demonstrações públicas, muito embora pudesse dar parecer

---

<sup>18</sup> DG n.º 134, I Série, 8/06/1972.

<sup>19</sup> Foi solicitado a transferência de Lélío de Almeida Ribeiro para o Secretariado Geral da Defesa Nacional, mantendo-se como vogal da Força Aérea na CEFDEFA, acumulando o cargo de Inspetor da CDAM.

<sup>20</sup> Prestava serviço na Direção do Serviço de Educação Física da Armada e estava “bastante a par da evolução do processo das artes marciais, além de ser praticante de judo e ligado, através do Clube Náutico dos Oficiais e Cadetes da Armada, ao ramo desportivo do judo”. “A sua passagem a esta Comissão [CDAM], em acumulação de funções que desempenha no Ministério da Marinha (...)”, permitiria “a execução do trabalho de base”, que se considerava “urgente e fundamental” (CDAM, informação n.º 8, Proc.º 19.00).



sobre filmes e programas a serem exibidos nas salas de espectáculo ou na televisão”. A quarta reunião foi em 08 de maio de 1973, tendo faltado Pedro Nolasco Dias. Foi decidido alterar algumas alíneas do regulamento.

Fiadeiro (2018, p. 69) salienta que durante o ano de 1972 e 1973 “a atividade principal foi a elaboração das normas regulamentares que permitiriam dar execução às funções cometidas a esta Comissão”. Tal veio a acontecer com a Portaria n.º 813/73, de 17 de novembro, que aprova as normas regulamentares para a execução do Decreto-Lei n.º 105/72, de 30 de março, agrupadas em XII títulos.

Da segurança interna e da incorreção da prática das artes marciais, apresentadas nos diplomas de 1968 e de 1972, como justificação para as controlar, a norma regulamentar 813/73 opta por outra via, a de definir as artes marciais: “são consideradas artes marciais as formas de luta que, pelos processos nelas utilizados e pela sua perigosidade, foram ou venham a ser qualificadas como tais” (Art.º 2.º). Com esta imprecisão, que é a característica das definições, ficava por saber se outras lutas (duelos) (v.g.: o boxe, a esgrima, a galhofa, a luta livre, a luta greco-romana, o lusitano jogo do pau) também caberiam no articulado.

Como é que foi recebido estes regulamentos pelos praticantes? Uma notícia publicada no jornal *A Capital*, em 21 de dezembro de 1973, com o testemunho de dois destacados praticantes, é elucidativa a este respeito:

Alexandre Gueifão, 1.º Dan de Karate (em Portugal apenas existe um 2.º Dan e o número de 1.ºs em pouco ultrapassa a dezena) e professora da modalidade na Academia de Budo, em Lisboa, também discorda da maior parte dos condicionamentos impostos pela Portaria:

- As artes marciais só muito dificilmente se irão desembaraçar do estrangulamento que lhes foi aplicado pela lei. A burocracia afastará os candidatos a iniciados e, quanto aos instrutores, se o regulamento tiver efeitos retroactivos, a maior parte dos centros terá de encerrar por falta deles. Devo dizer que o princípio da regulamentação me parece acertado, mas evidentemente que haveremos de ter em conta as realidades do nosso País. Há um receio dos karatecas que não tem razão de existir. Posso garantir-lhe, referindo as graduações da modalidade, que só a partir da categoria de 1.º Dan é que um praticante poderia eventualmente tornar-se perigoso num combate de rua. Mas é indispensável apercebermo-nos de um pormenor fundamental: qualquer indivíduo que atinja aquela graduação já se encontra obrigatoriamente imbuído do espírito elevado do Karate. O bom senso e o equilíbrio psíquico são elementos essenciais da sua personalidade. Acrescente-se a isto o facto de apenas 4 ou 5 praticantes, entre cada 100, atingirem o grau de 1.º Dan. E creio que está tudo dito.

Do lado dos praticantes de aikido, a notícia também esclarece:

Leopoldo Serra Ferreira, 1.º kyu de Aikido (...), é instrutor na Academia de Budo (...). Na sua opinião, a Portaria 813/73 revela alguns aspectos positivos a par de outros que se lhe afiguram menos acertados:

- Não concordo com algumas restrições impostas pela regulamentação. No que respeita ao Aikido parece-me disparatada a limitação etária a que se submete os praticantes (...). Aceito, por outro lado, os exames prévios físicos e psicológicos, mas estou convencido que em Portugal eles são impraticáveis por falta de meios.

Referindo o problema dos instrutores:

- Discordo também das condições mínimas que os agentes de ensino devem satisfazer. Não percebo por que motivo um professor de Artes Marciais deve ter mais de 21 anos e o Curso Geral dos Liceus. Importante será averiguar-se se o indivíduo está ou não apto a leccionar.

Em declarações ao jornal *Expresso*, em 10 de agosto de 1974, o Conselheiro Técnico da CDAM faz as seguintes declarações: “é evidente que as artes marciais têm o seu lado desportivo podendo ser ensinadas como qualquer outro desporto de uma forma recreativa. Mas, a partir de uma certa altura, tem de ser salvaguardada a sociedade”. A CDAM continua o seu trabalho e, de novembro de 1973 a 25 de abril de 1974, procura-se executar os processos existentes, de acordo com a Portaria, e iniciam-se as diligências para a criação das comissões provinciais de artes marciais para ocorrer aos problemas específicos de Angola<sup>21</sup> e Moçambique. A primeira diligência efetuou-se em Luanda, de 19 a 23 de fevereiro de 1974, tendo o conselheiro-técnico José Manuel Fiadeiro sido o responsável por esta tarefa, tendo o apoio local do húngaro Frigyes Torok. Dos vários encontros que teve com o comando naval e com os representantes dos clubes locais de artes marciais, o conselheiro-técnico concluiu que o panorama geral era bastante fraco. Instrutores sem formação, centros de prática sem homologações, instalações com péssima qualidade, falhas administrativas no registo dos praticantes e cobrança de quotizações, cisões entre clubes, nomeadamente a Academia de Artes Marciais e o Centro Angolano de Karaté, a não assistência de primeiros socorros, foram algumas das deficiências detetadas<sup>22</sup>. Face às irregularidades detetadas, solicitou-se aos interessados o cumprimento da legislação em vigor sobre esta matéria, para que as modalidades pudessem ser praticadas com as normas estabelecidas.

Outros centros de prática foram fiscalizados: Évora, Beja, Faro e Portimão, de 23 a 26 de março de 1975.

Com a revolução portuguesa do 25 de abril de 1974, em que o Movimento das Forças Armadas (MFA) derrubou o regime de ditadura que durante quarenta e oito anos oprimiu o

---

<sup>21</sup> Dois pedidos de abertura de centros de karaté e dois de legalização definitiva.

<sup>22</sup> Cf. o jornal *Diário de Luanda*, de 14/01/1973, p. 7, e de 2/02/1974, p. 6.

povo português, vários processos tiveram que ser cancelados ou adiados (visitas a Angola, Moçambique e Macau, por exemplo).

### 3.4 Pós-25 de Abril de 1974

Em consequência da mudança de regime e do período revolucionário que se lhe seguiu, o crescimento da economia (muito forte até 1973) e o maior contacto com a maneira de viver de outros povos (através dos «media», do turismo, etc.), o Conselho dos Chefes dos Estados-Maiores das Forças Armadas (CEMGFA), com a categoria idêntica à do Primeiro-Ministro, estipulou no Decreto-Lei n.º 400/74, de 29 de agosto<sup>23</sup>, no inciso Art.º 17.º, que todos os organismos, até então dependentes do DDN, transitariam para o CEMGFA, nos termos a definir em futura Portaria (ponto 2 do Art.º 11.º), que, uma vez mais, foi esquecida. Embora a CDAM não seja explicitada nem referida, estaria implícita nos aludidos organismos pela sua dependência do DDN.

Com a euforia da revolução, seguiram-se algumas reações por parte dos praticantes de artes marciais. A primeira reação foi a expulsão do conselheiro-técnico da CDAM em plenário do Judo Clube de Portugal (JCP)<sup>24</sup>, de que era sócio, depois de os restantes associados se terem recusado a treinar quando o mesmo se encontrava no *dojo*. A segunda reação foi os diversos pedidos feitos à Junta de Salvação Nacional (JSN), no sentido de extinguir a CDAM, rotulada como símbolo do poder repressivo e antidemocrático<sup>25</sup>, e de que as artes marciais ficassem na dependência do Ministério da Educação e Investigação Científica (MEIC), passando a reger-se pela legislação desportiva. Os pedidos verificaram-se em 10 e 16 de maio e 6 de junho de 1974. Onze agentes de ensino e cento e vinte e um praticantes subscreveram um abaixo-assinado, intitulado-se representantes de cerca de dois mil e quinhentos praticantes de vários centros de prática.

Em 22 de agosto de 1974, e à luz da realidade política e constitucional nacional, chegou-se à conclusão, perante a oposição de uns e o apoio de outros, de que um organismo como a CDAM deveria manter-se como salvaguarda dos interesses do público em geral e que se deveria reformular a legislação de forma a inserir-se na nova organização governamental.

---

<sup>23</sup> DG n.º 201, I Série.

<sup>24</sup> Cf. o jornal *A Bola*, de 9/01/1975, p. 5, e verbete n.º 1-P.º. 18.00, de 13/01/1975. Em informação interna confidencial (n.º 1, de 13 de janeiro de 1975), e face à queixa apresentada pelo visado em 13 de janeiro de 1975, o Presidente da CDAM, General Manuel Simão Portugal, solicita o apuramento de responsabilidades do Judo Clube de Portugal, filiado na Federação Portuguesa de Judo, e “não seria descabido que o jornal ‘A Bola’ fosse também incluído em qualquer acção a tomar, pois o jornalista faz citações que se julgam igualmente atentatórias do prestígio das Forças Armadas”.

<sup>25</sup> Cf. os artigos dos jornais: *República*, de 7/11/1974, p. 24; *Diário de Lisboa*, de 4/01/1975, p. 14; *O Século*, de 4/04/1975, p. 15; *A Bola*, de 9/01/1975, p. 5; *O Século*, de 24/11/1973, p. 5.

Em 07 de novembro de 1974, o jornal *República* vai publicar um artigo intitulado “Artes marciais – Liberdade para praticar?”, que não vai passar despercebido aos dirigentes da CDAM. Este artigo “de um grupo de praticantes (ex)clandestinos de Artes Marciais, certos de que falam em nome de todos os que, por todo o país, se encontram na mesma situação”. Reivindicam: 1) a extinção da CDAM; 2) a nacionalização dos organismos comerciais; 3) a abolição do limite mínimo de 16 anos de idade para a prática; 4) o fim de ameaças de prisão (seis a dois anos para instrutores; três meses a um ano para alunos) e multas; 5) o fim das ameaças de serem forçados a alistarem-se nos extintos esquadrões móveis (polícia de choque) ou serem mobilizados para o Ultramar; 6) a concessão de praticar desde que não o faça com intuítos comerciais; 7) que a prática das artes marciais seja livre, podendo exercer-se em locais públicos; 8) a responsabilização dos indivíduos que desprestigiam as artes marciais; 9) que sejam banidos os registros criminais.

Os dirigentes da CDAM vão escrever algumas informações sobre este assunto. Consideraram que “de alguns meses a esta parte, e dentro do clima eufórico de liberdade que a Nação tem vivido, tem-se verificado que muitos cidadãos ficaram convencidos de que deixaram de existir as razões que justificavam a existência da CDAM”. Nesse sentido, “tem contribuído grandemente a campanha de reivindicações, levantada com a finalidade de acabar com a CDAM, acusando-a de organização fascista, ao serviço da PIDE-DGS [Polícia Internacional e de Defesa do Estado-Direção-Geral de Segurança]”. Nos contatos da CDAM com a PIDE-DGS era solicitado “informação sobre os candidatos a praticantes ou agentes de ensino”<sup>26</sup>, mas seguia os mesmos procedimentos relativamente aos candidatos ao funcionalismo público. Para além de outros aspetos, é referido que a notícia se insere “numa campanha de descrédito da CDAM, junto da opinião pública, para permitir a livre especulação comerciais das artes marciais, por indivíduos sem escrúpulos, aos quais a CDAM não permitiria a atividade, e que estão já a aproveitar esta fase de confusão nos espíritos para se estabelecerem ao longo do País”. Esta notícia continha “afirmações falsas ou deturpadas”, denegrindo a “dignidade das Forças Armadas”. Recusam aceitar “que se tenha exercido ação repressiva sobre praticantes”. O despacho superior foi no sentido de “ser feito um artigo que desfaça todas as insinuações que ultimamente têm vindo a lume, mas não se lhe deve dar o ar

---

<sup>26</sup> Nos processos confidenciais a que tivemos acesso sobre a concessão da autorização para a aprendizagem e prática de artes marciais à PIDE-DGS, e Direção-Geral de Administração Política e Civil do Ministério do Interior, era referido “habilitar a uma resposta e tendo em atenção salvaguardar os interesses de segurança social do País”. A CDAM solicitava que fosse informada “sobre a idoneidade moral e política” dos requerentes.

de que se está a responder, a fim de se evitar polémica desnecessária” (Proc.º P.º. 10.02, de 11/11/74).

Não havia regulamentação específica para o ensino das artes marciais em estabelecimentos de ensino, mas segundo informações da CDAM, interessava o limite mínimo 7 anos para o aikido e de 12 anos para a prática do karaté e do kendo.

Em 07 de fevereiro de 1975, o Presidente da CDAM declarava que “as circunstâncias evoluíram de tal modo que a CDAM se sente sem autoridade para desempenhar o seu papel”. E “se bem que os países do bloco socialista tenham este problema resolvido pela proibição pura e simples das artes marciais, não se julga ser este o melhor processo, nem o mais adequado à realidade portuguesa”. Era de parecer “que o problema seria resolvido da melhor maneira, se fosse o Estado a encarregar-se da mentalização e aperfeiçoamento moral e pedagógico dos agentes de ensino de artes marciais” (Proc.º 10 de 07/02/1975, Informação n.º 2).

Este organismo propôs, em 7 de abril de 1975, a realização de um plenário nacional das artes marciais, procurando atingir os seguintes objetivos<sup>27</sup>:

- a. desbloquear a situação de animosidade em relação à CDAM, considerada como organismo repressivo;
- b. permitir um esclarecimento direto, desfazendo equívocos e falsas notícias que tinham vindo a ser difundidas pelos órgãos de comunicação social;
- c. consultar os reais problemas e anseios dos interessados;
- d. enriquecer a visão do problema com o conhecimento de óticas diferentes, especialmente as dos interessados;
- e. vincular os interessados à execução das normas em que eles próprios participavam, facilitando as funções executivas da CDAM.

Num plenário com mais ou menos noventa representantes de todos os sectores interessados nas artes marciais, realizado no Centro de Sociologia Militar, a 7 de junho de 1975, em que estiveram presentes delegados da 2.ª e 5.ª Divisão do EMGFA, da DGD, do Ministério da Administração Interna (MAI) e do MEIC, ficou oficializada uma colaboração desses mesmos interessados através de uma Comissão por eles eleita, a qual passaria a participar nas reuniões de trabalho realizadas no EMGFA, com o fim de preparar-se uma nova

---

<sup>27</sup> Informação CDAM, proc.º 10.00/7/4/1975.

legislação para regular este sector de atividade. Desta reunião saiu também uma moção das associações e centros de prática representados, em que eram repudiadas a exibição de filmes, explorando as artes marciais sob forma de violência gratuita; as imagens violentas, agressivas e perigosas das artes marciais; a venda de revistas e livros onde eram explicadas em detalhe como se fabricavam e se usavam instrumentos ligados às artes marciais. Pretendia-se também o reconhecimento do valor educativo das artes marciais e o indispensável apoio governamental para que as artes marciais fossem bem compreendidas e expandidas, e assim os seus benefícios pudessem vir a ser colhidos pelas classes sociais mais desfavorecidas<sup>28</sup>.

Entretanto, a situação alterou-se radicalmente, pois para além das duas únicas organizações reconhecidas antes do 25 de abril – a UBU e o JCP –, surgiram imediatamente diversas outras, acompanhando a liberalização dos meios de comunicação social e inerente “invasão” do País com filmes e revistas, explorando de forma sensacional o fenómeno das artes marciais. Esta multiplicação de interlocutores, cada qual defendendo os seus interesses privados, no despontar da nova democracia, complicou sobremaneira os trabalhos, arrastando-os ao longo de quase um ano. Fiadeiro (2018, p. 69) esclarece:

(...) Verificou-se um aumento do número de artes marciais para além das entretanto reconhecidas, nomeadamente o Judo Marcial, o Karaté e o Aikido, com o surgimento de novas, como o Taekwondo, o Kung Fu, o Viet-Vo-Dao, o Hapkido, por exemplo, e não só em tipologia, mas também em subdivisões das mesmas, fenómeno tipicamente inerente aos denominados estilos dentro da mesma arte, cada qual reclamando a sua individualidade e representatividade, de que resulta um leque acrescido de interlocutores, tendo como consequência dificuldade acrescida em termos de avaliação da credibilidade de cada um, dado que normalmente apresentavam credenciais de entidades que para nós eram desconhecidas.

Em 25 de fevereiro de 1976, foi encerrada a discussão pública do projeto de Decreto-Lei, visando a reestruturação da CDAM, tendo sido remetido ao CEMGFA para apreciação e posterior publicação. Os resultados foram positivos, mas não os que se esperavam. Passaram-se mais de dois anos e não houve qualquer iniciativa para dar seguimento ao assunto, do que resultou, entre outras coisas, uma desmotivação dos intervenientes e falta de autoridade, face ao desinteresse do Governo.

Como o processo alongava-se demasiadamente, o general Manuel Simão Portugal, em 18 de junho de 1976, referiu ao ministro da Administração Interna que o Decreto-Lei n.º

---

<sup>28</sup> Cf. o jornal *Diário de Notícias*, de 15/07/1975, p. 9.

105/72, de 30 de março, não estava a ser aplicado convenientemente no que dizia respeito às sanções para o ensino e exploração das artes marciais sem a devida autorização e que algumas associações queixavam-se da inércia do poder público, permitindo, assim, a invasão do País de livros, publicações, filmes, cursos de karaté por correspondência, abertura de centros não autorizados, fazendo concorrência aos que funcionavam no cumprimento da lei, etc. Nesse sentido, o CEMGFA determinou uma atuação enérgica no sentido de reprimir a prática ilegal das artes marciais, solicitando o apoio do MAI, através da PSP e da Guarda Nacional Republicana (GNR), para exercerem uma atividade de fiscalização ao nível do País. Os centros legais, nesta altura, ultrapassavam a centena.

Algumas cartas chegam à CDAM, lamentando a inoperância desta Comissão. Um praticante de Queluz, em 21 de dezembro de 1976, refere: Porquê, e para quê existe a comissão?” “Será que o ministério da defesa criou um organismo morto para justificar o ganho de mais uns cobres para os elementos componentes dessa comissão? “É uma vergonha que uma comissão que existe há cerca de três anos ainda não tenha apresentado um trabalho válido, bom, também de militares de carreira não se pode esperar muito, primeiro as promoções!”. Este praticante exasperado solicitava se “não poderiam se faz favor pôr cobro às palhaçadas que continuam a fazer-se no nosso país à sombra dessa comissão”. Tudo isto em “nome das artes marciais, dos praticantes honestos”. Numa outra carta, de 11 de setembro de 1976, o mesmo praticante exortava: “vamos meus senhores toca a trabalhar / o vosso ofício é muito mais leve que o meu e cá o rapaz verga bem a mola! / mas para quê! para quem!”.

Os centros de prática continuam a ser fiscalizados. No jornal *A Capital*, em 07 de setembro de 1977, é dada a notícia do encerramento da Academia de Artes Marciais do Porto, e da detenção do seu dirigente, tendo este salientado que “não aderiu à C.D.A.M. nem pretende fazê-lo. Entre as várias razões, há a invocar o arcaísmo das directrizes daquela instituição, o estilo a que se subordinam quanto à própria ‘arte’ e ainda a obrigatoriedade do pagamento de uma importância por aluno que frequente qualquer escola”.

Ainda em setembro de 1977, o Conselheiro Técnico da CDAM desloca-se a Espanha para frequentar um curso na Federação Espanhola de Judo. Segundo o Presidente da CDAM, o General Fontes Pereira de Mello, essa deslocação “tinha como principais objectivos a valorização dos seus conhecimentos de Artes Marciais e o contacto com organização e organismos oficiais espanhóis que permitisse colher elementos para uma futura reestruturação da CDAM”. Tendo por base um relatório feito da frequência do curso e dos contatos

estabelecidos, em 03 de outubro de 1977, “os objectivos foram atingidos e, portanto, que a deslocação foi útil” (P.º 1, 18 de novembro de 1977).

Em 31 de outubro de 1977, o auditor jurídico do EMGFA referia que a integração da CDAM era posta em causa por força da Constituição da República. O que através do Decreto-Lei n.º 105/72 se pretendia era “controlar a prática das artes marciais”, dado o “incremento que a sua prática está a alcançar e a necessidade de atender às conveniências da segurança interna”. Simples, se na ocasião era legítimo recorrer às FA, para que estas interviessem de forma directa e exclusivamente numa actividade policial, já isso se afigurava nitidamente discutível, face às atribuições que expressamente a Constituição lhes conferia. Com efeito, no Art.º 273.º, ao definir as “funções” que lhes eram reservadas, a Constituição limitava-as às de “garantir a independência nacional, a unidade do Estado e a integridade do território”, compreendendo nestas a garantia do regular funcionamento das instituições democráticas e o cumprimento da Constituição. Não se via, pois, em que medida a actividade fiscalizadora da prática das artes marciais no País, se podia incluir nestas atribuições. Pelo contrário, inferia-se que a mesma estava inserida nos poderes gerais de polícia, cometidos pelo Art.º 272.º à Administração Pública, estranha àquelas FA. Acrescia a isto que o órgão legislativo das mesmas FA, o Conselho de Revolução, não dispunha, face ao que referia o Art.º 148.º, da competência para tomar quaisquer medidas respeitantes à prática das artes marciais, pelos cidadãos em geral, já que estranhas à organização, funcionamento e disciplina das FA. Queria isto dizer que qualquer medida legislativa a tomar a este respeito deveria partir do Governo ou da Assembleia da República, órgãos que, por outro lado, careciam de competência para dirigir comandos aos organismos integrados na estrutura militar. Dito isto, resultava assim a incompatibilidade do enquadramento da CDAM na organização das FA. Conviria, por isso, rever esta situação no sentido de se transferir para o MDN ou para a Administração Interna a direção desta Comissão.

Em 18 e 19 de fevereiro de 1978, o conselheiro técnico da CDAM desloca-se a Roma para a Assembleia da Federação Europeia de Jujitsu. Este encontro contou com a presença de delegados da Itália, Alemanha Federal, Suécia, Dinamarca, Espanha e Portugal. Dessa reunião foi produzido um relatório interno, onde é referido que “a ideia da criação da Federação é oferecer um meio oficializado de intercâmbio cultural e técnico, fazendo meta a longo prazo de uniformização de métodos de ensino e treino”. Nota que “o desenvolvimento das artes marciais tem sido acompanhado de uma proliferação de organizações pessoais, com origem muitas vezes ligadas a interesses económicos, ou tentativas de influência cultural, cujos



reflexos se traduzem num clima de hostilidade”. E é referido a “situação precária em que tem vivido a CDAM nestes últimos três anos” e “a proliferação de oportunistas das artes marciais”.

Em 29 de maio de 1978, o MDN referia que não via nenhum inconveniente que a CDAM ficasse na sua dependência desde que os apoios necessários (administrativo, financeiros e instalações) ficassem a cargo do EMGFA, uma vez que o MDN não poderia suportar tais encargos; que não existiam inconvenientes que justificassem a dependência das artes marciais neste ministério, mas era preciso uma clarificação se eram desportos ou se levantavam problemas de ordem pública, necessitando de uma intervenção do MAI; sugere a constituição de um grupo de trabalho, integrando representantes do EMGFA e dos Ministérios da Defesa Nacional, Administração Interna e Educação e Investigação Científica.

Constituído em 27 de outubro de 1978, deste grupo de trabalho saiu um relatório a 22 de dezembro. Por imperativos constitucionais, a CDAM teria que sair do EMGFA e teria de passar, necessariamente, para o Governo. A passagem para o MAI obrigava a uma manobra legislativa conducente a apresentar o ultrapassado e rejeitado Decreto-Lei n.º 105/72, chamando a atenção para pontos dos mais contestados do anterior regime, dando inevitavelmente sobejos motivos para especulações acerca do carácter político de tal medida. A reação previsível por parte dos praticantes que de boa fé colaboraram com o EMGFA na elaboração de uma solução comumente aceite, seria facilmente explorada e empolada pelos motivos políticos, com naturais campanhas nos órgãos de comunicação social.

Em 24 de julho de 1979, na última reunião do conselho de ministros do Governo, a proposta que se pensava ser a melhor solução para o problema, isto é, a transferência da CDAM para o Governo, mais concretamente para a Secretaria de Estado da Juventude e Desportos (SEJD), a título experimental, tal como se verificava noutros países europeus, não teve acolhimento devido a problemas políticos levantados pelo ministro da República para a Região Autónoma da Madeira.

Como o tempo passava, em 23 de Novembro de 1979, o MDN devolveu todo o processo ao EMGFA, sugerindo que deveria manter-se a responsabilidade relativamente às artes marciais, nos termos do n.º 2 do Art.º 11, do Decreto-Lei n.º 400/74 e da Portaria 169/75, mesmo com os problemas de inconstitucionalidade dos atos da CDAM e da PSP referidos pelos tribunais, até que as dificuldades fossem ultrapassadas. E os estrangulamentos

só foram ultrapassados no ano seguinte, com a publicação do Decreto-Lei n.º 507/80, de 21 de outubro<sup>29</sup>.

### **3.5 A CDAM de 1980 a 1987**

Apesar do clamor dos protestos contra a atuação da CDAM, alegando-se que o figurino estava divorciado dos parâmetros da democracia, definiu-se no diploma de 1980 que a sede natural deste organismo encontraria o seu justo lugar no MEIC, na convicção de que este poderia oferecer melhores apoios de formação, financiamento, etc., através do seu sector desportivo.

O que é um facto é que o MEIC apresentou posteriormente uma proposta (a “MEC-9”, de que falaremos mais adiante) para extinguir a CDAM com o argumento de ausência de objeto deste organismo. A CDAM, por sua vez, alegava num “Memorial sobre a extinção da Comissão Diretiva das Artes Marciais” que as potencialidades desta Comissão não estavam a ser totalmente aproveitadas, “por exploração dos referidos pontos de contacto com o sector marginal”, os quais propiciavam “a exploração de um sistema de inter-relacionamento entre os serviços de informação da PJ, PSP, SIS, EMGFA e Serviços de Estrangeiros, através da CDAM”. Outro argumento utilizado para a sua não extinção era sobre quem ficaria responsável pelos arquivos e ficheiros da Comissão, com todas as “inerentes implicações políticas, chantagem sobre pessoas, etc.”. Refere-se ainda que “o projecto de desmantelamento da CDAM proposto pelo MEC, tem um substracto escondido, mas facilmente identificável pelo pouco cuidado colocado na redação do diploma, em que surge a DGD a tomar conta dos arquivos e ficheiros da Comissão”. Face a isto, a CDAM propunha que este assunto fosse tratado apenas ao nível das entidades responsáveis pela segurança, para bem definir os limites do interesse do Estado, após o que seria de ouvir a opinião dos praticantes através das suas estruturas representativas, tal como consignava a Portaria n.º 96/84, de 13/02/1984.

Se a passagem da CDAM, do MDN, para o MEIC, que delegaria para a SEJD, tirou as dores de cabeça ao primeiro, tê-las-á criado ao segundo. Tendo em conta as especificidades destas atividades, di-lo o normativo sem as especificar, a composição da CDAM continuou a incluir um representante do MAI, assegurado por um oficial do comando geral da PSP, e substituiu o do Ultramar pelo Ministério da Justiça (MJ), assegurado por um subinspetor da PJ, ficando por explicar a caracterização das atividades que justificaria a presença destes dois ministérios. Se ambas presenças tinham como base a “perigosidade” das artes, ficando

---

<sup>29</sup> DG n.º 244, I Série.

sujeitas à intervenção da PSP e da PJ, as medidas não faziam sentido, porque a PSP e a PJ, tinham legitimidade para atuarem quando e onde necessário, mesmo que o diploma jurídico em questão omitisse os ministérios de que dependiam. Pelo que os dois incisos, exteriorizando uma posição de força injustificada, apenas patenteavam a manutenção de uma prática que se supunha extinta.

Com efeito, este Decreto-Lei introduz alterações a alguns artigos, mas mantém o autoritarismo do anterior regime, como o do Art.º 6.º, alínea c): “homologar a escolha dos dirigentes dos centros de prática de artes marciais”. Ora esta medida já tinha sido eliminada no diploma regulador da DGD, relativamente aos dirigentes dos clubes.

Considerando que alguns centros das artes marciais funcionavam como secções dentro dos clubes, a discrepância mantinha-se, e a mudança da CDAM para o MEIC seria meramente virtual, pese embora a explicação, na pedagógica introdução, de que as artes marciais tinham finalmente alcançado “a sua correta inserção no departamento governamental mais naturalmente vocacionado para superintender no ensino, aprendizagem e prática das artes marciais, o Ministério da Educação e Ciência”. Posteriormente, verificar-se-á que para as artes marciais, como para o desporto, qualquer ministério tinha vocação para as/o aceitar, tantas foram as mudanças.

Com a tomada de posse do VIII Governo Constitucional, a 4 de setembro de 1981, constituído pela coligação Partido Social-Democrata (PSD), Centro Democrático Social (CDS) e Partido Popular Monárquico (PPM), criou-se o Ministério da Qualidade de Vida (MQV), para contemplar o PPM com algum conteúdo, pelo que havendo necessidade de definir os seus objetivos, anexaram-se-lhe duas Secretarias de Estado, uma das quais seria a dos desportos, pelo que o Decreto-Lei n.º 71/81, de 7 de abril<sup>30</sup>, transferia a DGD, do MEIC para o novo Ministério.

Por arrastamento, como faltava ainda agregar a CDAM, os Ministérios da Qualidade de Vida e o da Educação e das Universidades, definiram conjuntamente, depois de relatarem uma vez mais o seu acidentado percurso, no Decreto-Lei n.º 23/82, de 30 de janeiro<sup>31</sup>, a transferência para o novo ministério, delegando as competências no Secretário de Estado dos Desportos pelo Despacho Normativo n.º 31/82, de 25 de fevereiro<sup>32</sup>. As artes marciais transformavam-se assim, por um lado, num tema politopológico (estando em todos os lados, não estava em nenhum); e por outro lado, irmanava-se com a DGD. Posto isto, o Secretário de

---

<sup>30</sup> DG n.º 81/81, I Série.

<sup>31</sup> DG n.º 25, I Série.

<sup>32</sup> DG n.º 63, I Série, 17/3/1982.

Estado dos Desportos acolhia duas instituições com características antagónicas: a DGD e a CDAM.

Em virtude da mobilidade das artes marciais, por força das mudanças de Ministérios, desde 21 de outubro de 1980 que não havia qualquer nomeação para os cargos da CDAM, pelo que esteve inoperante até 13 de dezembro de 1982, isto é, neste lapso de tempo, a segurança interna deixou de estar em perigo, as lutas deixaram de ser perigosas, e o ensino correto das artes marciais, ironicamente, tinha alcançado a excelência.

A data de 13 de dezembro de 1982<sup>33</sup> é assinalada por dois despachos: um, do MQV, nomeando, em regime de acumulação, para o cargo de presidente da CDAM, o capitão-de-fragata José Monteiro Fiadeiro; e outro, conjuntamente do MQV e do CEMGFA, nomeando, em igual regime de acumulação, para secretário-geral da CDAM, o capitão Vítor Mota. Ambos foram empossados pelo secretário de Estado adjunto do ministro de Estado e da Qualidade de Vida, dr. João Carlos Vaz Serra de Moura<sup>34</sup>.

O ano de 1983 ficou marcado por várias iniciativas. No primeiro trimestre, foi sugerida a elaboração de nova legislação para revogar os anteriores diplomas, sem qualquer resultado, o que prenunciava da parte do Governo algum incómodo e desinteresse, manifesto também perante a dificuldade em apresentar uma sede, e respetivo pessoal para apoio à CDAM. O fim do mandato do VIII Governo Constitucional, em 9 de junho de 1983, eliminou a hipótese de se conseguir o putativo normativo, certamente orientado para a apertada vigilância das artes marciais. Apesar da resistência governamental, a CDAM ainda foi contemplada com um andar na Rua dos Anjos, assim como uma escriturária-dactilógrafa cedida pela Secretaria-Geral do MQV, mas que primava por trocar toda a correspondência.

No campo da formação, conseguiram avançar com o processo, tendo sido efetuados os primeiros três cursos de 3.º Grau (monitores ou agentes de ensino auxiliares), de que beneficiaram um total de 90 agentes de ensino. Em junho, realizou-se o primeiro curso de nível de 2.º Grau (habilitação mínima para lecionar). O 2.º curso de 3.º Grau realizou-se de 5 a 9 e de 15 a 16 de outubro de 1983, no Centro de Estágio do Estádio Nacional, Linda-a-Velha.

No campo desportivo-competitivo, foram pela primeira vez efetuadas provas de seleção para apuramento de equipas, tendo as seleções nacionais, ao abrigo de legislação de suporte a representações de utilidade pública, participado nos Campeonatos Europeus de Karaté,

---

<sup>33</sup> DG n.º 75, II Série, 31/3/1983.

<sup>34</sup> Cf. o jornal *Correio da Manhã*, 15/04/1983, p. 34.

realizados em Madrid, em 1983, pela *European Karate Union* (EKU)<sup>35</sup>, e em Munique, aos realizados pela *All European Karate Federation* (AEKF).

Foram discutidos e aprovados: por 3 associações, os estatutos da Federação Portuguesa de Karaté (FPK), apenas em 1985<sup>36</sup>; e por 17 associações, os da Federação Portuguesa de Karaté-Do e Disciplinas Associadas (FPKDA).

Uma outra novidade nesta tentativa de reestruturação da CDAM foi a criação de conselhos técnicos e pedagógicos. O que ocorreu pela primeira vez ao criar-se, com o Despacho n.º 5/83, de 22/4/1983<sup>37</sup>, o conselho técnico para a disciplina do aikido.

Com a tomada de posse do IX Governo Constitucional, a 9 de junho de 1983, formado pela coligação PS-PSD, o almejado diploma renovador da CDAM viu a luz do dia em 13/2/1984 na Portaria n.º 96/84<sup>38</sup>, que regulamentava o conselho consultivo da CDAM. Entre outras atribuições, ao conselho consultivo competia pronunciar-se, ou fazer propostas, sobre a legislação respeitante às artes marciais, o que permitia aos interessados a procura das soluções que melhor se ajustassem à realidade nacional, isto de uma forma institucionalizada, objetiva e responsável, evitando manobras de bastidores, que criavam um mal-estar generalizado e geravam desconfianças no poder público.

Este conselho reuniu três vezes em 1984, tendo como ponto único das ordens de trabalho a apreciação do projeto de Normas Regulamentares. Das discussões havidas, ressaltou a necessidade de rever profundamente o projeto de Decreto-Lei para remodelar a CDAM, tendo-se optado por o dividir em dois diplomas: um contendo a lei orgânica da Comissão, e outro contendo todo o normativo geral das atividades relacionadas com o exercício das artes marciais. Este trabalho foi interrompido, pois os dois diplomas estavam em estudo na SEJD. Verificou-se também haver grande dificuldade de funcionamento do conselho, pelo excessivo número de participantes.

Como referem Crozier e Friedberg (1977, p. 29), “os atores individuais ou coletivos não podem ser reduzidos a funções abstratas e desencarnadas”, em 26 de janeiro de 1984, várias associações (Associação Portuguesa de Aikido e Disciplinas Associadas – APADA, Associação Portuguesa KarateDo – APK, Associação KarateDo Portugal – AKP, Murakami Kai Shotokai de Portugal, Associação Bushidokan de Artes Marciais – ABAM, Associação Shotokan KarateDo Portugal – ASKP), que se dizem representantes da “grande maioria dos

---

<sup>35</sup> Participaram 17 países e 261 karatecas.

<sup>36</sup> DG n.º 105, III Série, 8/5/1985.

<sup>37</sup> DG n.º 114, II Série, 18/5/1983.

<sup>38</sup> DG n.º 37, I Série, de 13/02/1984.

praticantes de aikido, kendo, iaido, bojitsu e de diversos estilos de Karate, em Portugal”, vão enviar uma carta ao Secretário de Estado dos Desportos, Júlio Miranda Calha, a solicitar “a definição clara da política a seguir, a fim de tranquilamente poderem prosseguirem a sua atividade”. Entendem “que só um Organismo como a CDAM, isento e acima dos diversos interesses em jogo, tem condições de assegurar igual tratamento e oportunidades para todos, independentemente da forma como entendam praticar as Artes Marciais”.

A disposição n.º 96/84, considerada pela CDAM como o acontecimento mais marcante de 1984, dado que visava a autonomização das artes marciais em relação aos desportos, permitia a este organismo: 1.º – Filiar-se em federações internacionais de artes marciais, o que era inadmissível porque se tratava de um órgão do Governo, que nenhuma federação internacional aceitaria; 2.º – A filiação, a fazer-se, subentenderia que a CDAM se tinha apresentado como federação nacional de artes marciais, o que não era, nem podia ser o caso; 3.º – Nas representações nacionais a campeonatos europeus, internacionais ou mundiais, a CDAM, como não era federação, não podendo escolher os melhores representantes para o efeito, delegava na federação nacional da sua simpatia, e criava conflitos desnecessários entre federações da mesma modalidade, com dificuldades em se fundirem numa só, como era norma. Foi o que ocorreu com as duas federações de karaté, a FPKDA e a FNK.

Tendo-se filiado a CDAM na EKV, e havendo necessidade de participar nos europeus, viu-se a mesma compelida a delegar numa das federações, optando pela primeira. A arbitrariedade deste ato perdurou depois da extinção da CDAM, por o seu responsável particularmente continuar a solicitar aos organismos internacionais o reconhecimento da FPKDA como a entidade nacional responsável pelo karaté.

Por Despacho de 5/9/1983<sup>39</sup> da SED, é criado um conselho técnico destinado à disciplina do karaté. Os diversos conselhos técnicos e pedagógicos (karaté e aikido)<sup>40</sup>, que tinham grande dificuldade em reunir por não disporem de sede adequada, integravam técnicos das diferentes artes, e a CDAM intervinha nas graduações técnicas e na formação de agentes de ensino, além de ser ela a assumir a representação nacional nos organismos internacionais e no COP, virtualmente porque acabava por ter que delegar nas federações.

Por despacho, de 12/6/1984, o ministro do MQV, Francisco José de Sousa Tavares, delegou no Secretário de Estado dos Desportos, Júlio Francisco Miranda Calha, as

---

<sup>39</sup> DG n.º 67, II Série, 20/03/1984.

<sup>40</sup> Verificou-se a necessidade em dialogar com os técnicos de todas as artes marciais e não só com os de aikido e do karaté. Esteve previsto a criação de um conselho técnico interdisciplinar.

responsabilidades dos assuntos correntes relativos a vários serviços, incluindo a CDAM<sup>41</sup>. Posteriormente, por Despacho de 27/11/1984<sup>42</sup>, o ministro autorizava que o Secretário de Estado dos Desportos delegasse, por sua vez, nos responsáveis dos referidos serviços, os despachos correntes, o que permitia à CDAM maior liberdade de ação.

Em 1984, os vogais do MAI e do MJ foram nomeados e iniciaram a sua colaboração à CDAM.

Neste ano promoveu-se ainda a realização de seis cursos de 3.º Grau, dois dos quais no Porto, elevando para 275 o número de agentes de ensino formados. Com a experiência obtida nos três primeiros cursos de 1983, foi revisto o currículo, desta vez com o concurso dos conselhos técnicos do aikido e karaté, em conjunto com os preletores e representantes do IND. Deste trabalho conjunto, considerado inédito a nível institucional, resultou um novo currículo e a aceitação dos preletores e a obrigatoriedade de os diretores dos futuros cursos serem membros dos conselhos técnicos, medida que visaria colmatar as dificuldades de linguagem dos preletores à especificidade das artes marciais. Resultante desta colaboração, realizaram-se dois seminários: um em setembro, no Centro de Estágio de Lisboa, e outro em outubro, no Centro de Estágio de Lamego<sup>43</sup>.

No campo desportivo-competitivo, seguiu-se o critério do ano anterior, participando-se com seleções nacionais nos campeonatos europeus de karaté, em Paris (EKU)<sup>44</sup>, de 10 a 13 de maio de 1984<sup>45</sup>, e Dublin (EAKF), dias 13 e 14 de outubro de 1984. No primeiro caso, a CDAM autorizou a participação nesta prova, impondo condições que lhe pareceram poder garantir minimamente o sucesso do empreendimento. Resumidamente, não era possível garantir apoio financeiro além dos custos das inscrições, que eram estabelecidas provas de seleção abertas a todos, que a deslocação seria feita em conjunto, houvesse ou não comparticipação, e quem chegasse à conclusão de que não poderia participar, embora apurado, desistiria e daria lugar ao que estivesse classificado a seguir. Foram então realizadas as reuniões marcadas, aceites os compromissos estabelecidos, feitas as provas de seleção, apurada a equipa e nomeados os responsáveis técnico e administrativo, feitas as requisições oficiais possíveis e a inscrição oficial. No entanto, segundo a CDAM, foram desrespeitados os

---

<sup>41</sup> DG n.º 159, II Série, 11/7/1984.

<sup>42</sup> DG n.º 293, II Série, 20/12/1984.

<sup>43</sup> Cf. o jornal *A Tarde*, de 26/10/1984, p. 23, e 31/10/1984, p. 22.

<sup>44</sup> Participaram 17 países e 268 karatecas.

<sup>45</sup> Cf. *A Tarde*, de 9/05/84, p. 23, e 29/05/84, p. 23; *Correio da Manhã*, de 10/05/84, p. 37, e 05/06/84, p. 35; *Diário Popular*, de 10/05/84, p. 23; *Diário de Notícias*, de 10/05/84, p. 14; *Off-Side*, de 11/05/84, p. 14, e 18/05/84, p. 16; *Gazeta dos Desportos*, de 11/05/84, p. 20; *Diário de Lisboa*, de 12/05/84, p. 14; *O Diário*, de 13/05/84, p. 13, e 15/05/84, p. 16.

compromissos por parte de atletas da Associação de Karaté-Do (AKP), que não compareceram nem avisaram, e por parte da Associação Desportiva – Centro Português de Karaté (ADCPK), que se recusou em seguir no mesmo transporte e usar o mesmo alojamento. A esta problemática, acrescente-se uma outra: no dia 12 de maio de 1984, um dos atletas portugueses (João Jacob, 22 anos, estudante) sofreu durante um combate com um finlandês (Manninem) uma grave lesão (fratura do maxilar superior), tendo regressado a Portugal no dia 13 em precárias condições (num Fiat 127, com várias pessoas), solicitando depois, com o recurso a um advogado à CDAM e à SED responsabilidades e o pagamento dos custos inerentes a uma operação efetuada no Hospital da Universidade de Coimbra.

Dadas as posições denunciadoras de ambas as associações, a CDAM formulou o pedido de instauração de um inquérito oficial para apuramento de responsabilidades. Em 3 de dezembro de 1984, o então ministro da Qualidade de Vida nomeou um inquiridor para este processo. Ouvidos os intervenientes, o inquiridor conclui o seguinte:

- Ao Estado não podiam ser assacadas quaisquer responsabilidades pelo acidente sofrido pelo atleta, João Jacob;
- A representação nacional no campeonato europeu de karaté foi assinalada por atos deploráveis que desprestigiaram o desporto nacional;
- A dignidade de uma representação nacional não era compatível com a diversificação dos meios de transporte, a diversidade de alojamento ou a fragmentação dos locais de refeição;
- As queixas de fome por parte dos atletas poderiam ser questionadas com os visados agrupados;
- Foi patente a falta, no local, de um dirigente que suspendesse a agressão de um dos atletas portugueses a um congénere alemão, após voz de paragem do combate, e o fizesse regressar imediatamente ao País;
- Não era possível apurar as acusações de furto de vários objetos por parte dos atletas portugueses;
- Ausência de seguro desportivo por parte dos atletas do CPK;
- Verificaram-se incidentes nas bancadas entre atletas portugueses, utilizando linguagem desbravada e xenófoba;
- As cores de que estavam investidos os atletas portugueses foram postergadas por completo.



Este conjunto de fatores levou a concluir-se que esta metodologia de “boa vontade e tudo bons rapazes” não servia, ficando assente que daí em diante não haveria mais representações nacionais enquanto não houvesse federação, ou a CDAM assumiria esse papel, mas impondo as condições.

No campeonato europeu de karaté, Dublin, a CDAM assumiu a representação da EKU-WUKO-EAKF e IAKF, cessando assim as filiações da APK e da ADCPK, respetivamente, até ser criada a federação. Igualmente aceitou assumir a direção do processo de seleção e suportar as despesas de deslocação. Em reunião havida em 20 de julho de 1984, ficaram estes pontos aprovados, assim como a decisão de participar equitativamente nas provas as duas organizações internacionais, bem assim como o de condicionar a dimensão das equipas às disponibilidades financeiras, não havendo participação se a CDAM não pudesse suportar as despesas. Para dar execução às tarefas inerentes ao processo de seleção, foi eleita uma comissão técnica administrativa, em colaboração com o Conselho Técnico de Karaté (CTK), que nomeou Raúl Cerveira (1944-2020)<sup>46</sup> para o efeito. Foram feitas as provas de seleção e apurada uma equipa. Como se havia estabelecido um compromisso de a CDAM tentar obter a cobertura financeira equivalente à concedida à deslocação a Paris, cerca de 2.493,99 Euros, e haver que contar com cerca de 309,25 Euros *per capita* só com a viagem e o alojamento com pequeno almoço, além das despesas efetuadas com as deslocações dos atletas do Porto e de Coimbra às provas de seleção, o total disponível apenas daria para deslocar um máximo de seis pessoas. Nestas condições a comissão técnica administrativa, com o acordo das associações interessadas, resolveu retirar da comparticipação da CDAM as despesas com as provas de seleção e as custas de alimentação em Dublin, o que permitiu seguirem oito competidores e um treinador pagos pelas associações AKP e ADCPK. Para evitar a repetição dos acontecimentos ocorridos em Paris, a CDAM entendeu cometer a chefia da delegação a um elemento do CTK, Raúl Cerveira, suportando todos os encargos com a sua deslocação.

No campo das instalações, a CDAM conseguiria mudar a sede da Rua dos Anjos para a um andar duplex na Av. Infante Santo, 68-7.º-A. O estado precário em que se encontravam as instalações, obrigou à execução de obras de restauro. O custo das obras excedeu largamente a previsão orçamental, não tendo sido possível efetuar a aquisição de mobiliário. Um outro estrangulamento na atuação da CDAM era o não dispor de recursos humanos para trabalhar, nomeadamente um técnico de contabilidade e um oficial administrativo. Após dois anos de

---

<sup>46</sup> O Parlamento aprovou por unanimidade voto de pesar pela morte de Raúl Cerveira, em 14 de maio de 2020 (n.º 219/XIV).

funcionamento, estava sem um serviço de secretaria organizado, o volume de correspondência e a multiplicidade de assuntos aumentava progressivamente, não havia registo de entradas de correspondência desde outubro de 1980, o material não estava inventariado e comunicado ao Património, as contas de gerência eram um quebra-cabeças. Tudo isto criou uma situação de total desordem.

Em 1985, e no respeitante ao funcionamento, o conselho consultivo apenas reuniu uma vez, em 5 de janeiro, e emitiu parecer desfavorável em relação ao kick-boxing; deixou para melhor estudo o full-contact (misto de boxe tradicional inglês e artes marciais); confirmou os membros dos conselhos técnicos de aikido e de karaté; aceitou criar diretivas técnicas para as restantes artes marciais, cuja expressão não justificava a criação de conselhos técnicos próprios, etc. Em duas informações internas da CDAM (n.º 35, de 05 de dezembro de 1984, e n.º 3, de 30 de janeiro de 1985), o kick-boxing é alvo de apreciação. A CDAM era da opinião de que deveria ser considerada uma arte marcial, “por usar técnicas comuns a outras artes marciais e a sua prática apresentar riscos elevados que a caracterizam como perigosa”. O kick-boxing foi objeto de despacho do então Secretário de Estado dos Desportos, de 8 de fevereiro de 1985, na medida de ser considerado arte marcial e interditadas a sua prática e ensino.

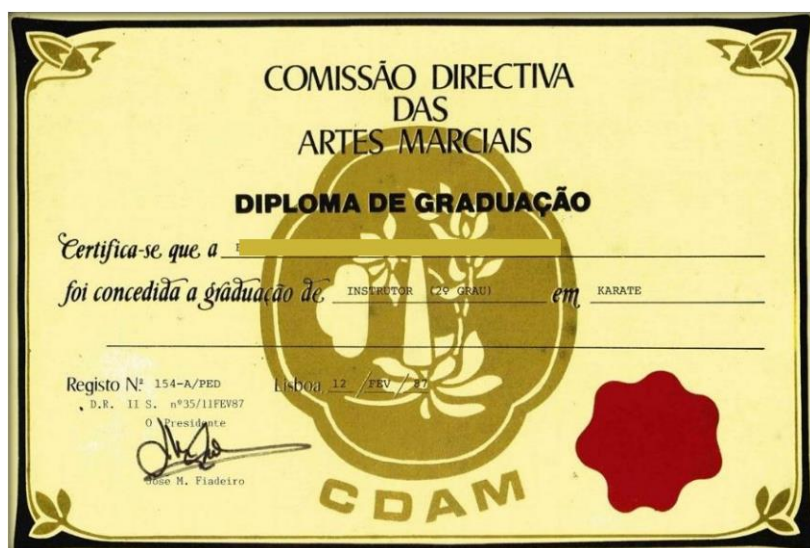
Apesar dos pareceres negativos e cautelosos dos Centros de Medicina Desportiva de Lisboa, Coimbra e Porto, Fiadeiro, em 15 de junho de 1986, referia que a prática do full-contact, desde que sujeita a um controlo apertado não deveria apresentar mais riscos que o boxe, modalidade desportiva, ou o taekwondo, arte marcial. Se ambas estavam legalizadas, era difícil argumentar em contrário relativamente a esta. Uma prática bastante controlada era preferível a uma proibição difícil de garantir na prática e com as apetências e vitalidades demonstradas pelos praticantes. Nesse sentido, propôs superiormente que o full-contact fosse considerada arte marcial, que fosse abrangida pelo seguro desportivo e que fosse autorizada a sua prática a título experimental até 31 de dezembro de 1986, permitindo apresentar um relatório em condições de ser apreciado pelo conselho consultivo da CDAM e daí se partir para uma solução definitiva.

No campo da formação, foram estabelecidos acordos de cooperação com os ISEF - Instituto Superior de Educação Física de Lisboa (em 22/05/1984) e do Porto (em 16/01/1985) e a Cruz Vermelha Portuguesa para preparação de currículos e textos de apoio<sup>47</sup>. Realizaram-

---

<sup>47</sup> Os Secretários de Estado do Ensino Superior e dos Desportos em 22 de Maio de 1984 estabeleceram um protocolo de cooperação. Cf. DR n.º 152, II Série, 3/06/1984. Cf. também o jornal *Gazeta dos Desportos*, de 22/11/1985, pp. 20-21.

se mais dois cursos de 3.º Grau, um em Lisboa e outro no Porto, elevando para 335 o total de agentes de ensino formados (cf. Figura 2).



**Figura 2: Diploma de graduação emitido pela CDAM**

Fonte: Fiadeiro (2018, p. 69)

Teve ainda lugar no Centro de Estágios do Instituto Nacional dos Desportos, em Lamego, entre os dias 6 e 10 de Junho, o primeiro curso de 2.º Grau, já com a contribuição dos ISEF, com os objetivos de satisfazer o complemento de formação dos praticantes no 1.º curso do 3.º Grau, na área da psicopedagogia e preparação dos preletores para os futuros cursos de 3.º e 2.º Graus. Este curso contou com a participação de 20 praticantes de diversas modalidades e 2 professores do ISEF de Lisboa, como convidados.

No campo desportivo-competitivo, não foi realizada qualquer ação, fruto de um desacordo entre as várias associações. Dá-se então uma divisão, que agrupa três associações (a ADCPK, Associação Portuguesa de Karaté Wado-Ryu e Associação Portuguesa de Karaté Shukokai) que se constituíram legalmente como FPK, enquanto as restantes entenderam prosseguir com a FPKDA (v.g.: Associação Portuguesa de Karaté-Do, Associação Karaté-Do Portugal, Associação Portuguesa de Okinawa Goju-Ryu Karaté-Do, Associação Bushidokan de Artes Marciais, Associação Seigokan Karaté-Do Portugal).

O reconhecimento da WTK como federação internacional regendo o taekwondo (introduzido em Portugal em 1974, por David Yong), e da WUKO relativamente ao karaté, por parte do Comité Olímpico Internacional (COI), e de forma a não prejudicar estas

modalidades por não serem consideradas desportos em Portugal, levou a que a CDAM fosse aceite pelo COP, em 10 de julho de 1985<sup>48</sup>, como entidade representativa das artes marciais.

A redução para quase metade da dotação orçamental atribuída em 1984, não permitiu dar seguimento aos vários projetos do programa, bem como para requisitar pessoal, reproduzir textos de apoio, pagar as quotizações internacionais em atraso, etc.<sup>49</sup>

Em setembro de 1985, várias associações (Liga Portuguesa de Karaté-Do, ABSP – Karaté-Do Shoto-Kai, ABAM – Karaté-Do Shoto-Kai, Associação Shotokan Karate-Do Portugal, Associação Portuguesa de Okinawa Goju-Ryu Karate-Do, Associação de Karate-Do Goju-Ryu, Associação Portuguesa de Karaté-Do) vão solicitar ao Secretário de Estado dos Desportos a publicação urgente da Lei Orgânica da CDAM, considerando-a essencial para o bom funcionamento das atividades (cf. Figura 3).

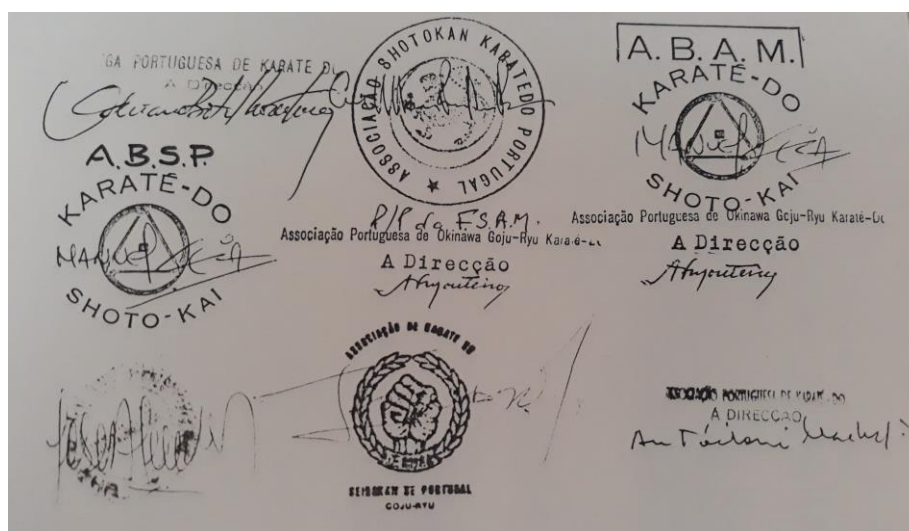


Figura 3: Associações signatárias de um pedido ao Secretário de Estado dos Desportos, 1985

No final deste ano foi nomeado um inspetor para a zona Norte, bem como dois escriturários-datilógrafos da Secretaria-Geral do ex-MQV. A CDAM, em novembro de 1985, mudava-se para a Av. Infante Santo.

De acordo com o Decreto-Lei n.º 279-A/85, de 19 de julho, a CDAM passou a estar dependente da Presidência do Conselho de Ministros.

No final de dezembro de 1985 é decidida a nova tutela do MEC para a CDAM e verificam-se em simultâneo as seguintes iniciativas: 1) A FPK tenta filiar-se na WUKO-EKU,

<sup>48</sup> Cf. Ofício n.º 406/85/COP.

<sup>49</sup> Em informação n.º 26/85, de 20/09/1985, a CDAM referia que tinha havido quatro indeferimentos por parte do Ministério das Finanças aos pedidos de reforço orçamental.

principais organismos internacionais de karaté e onde a representação nacional estava assegurada pela CDAM, nos termos da lei e a pedido das associações; 2) o MEC, no programa para o novo Governo, em 30 de janeiro de 1986, elabora o projeto decreto-lei MEC-9 para extinguir a CDAM e liberalizar a prática das artes marciais.

Esta coincidência teria deixado a FPK legitimada como única representante do karaté nacional, à revelia dos desejos reiteradamente expressos pela maioria das associações, se a WUKO não tivesse rejeitado a FPK e os restantes Ministérios não tivessem posto objeções ao projeto.

Em 24 de janeiro de 1986, a FPKDA obtém o registo notarial de constituição, publicado pelo DR n.º 31, Série III, de 6 de fevereiro, após o que solicitou à CDAM o seu reconhecimento e a atribuição dos poderes previstos, no campo competitivo (os estatutos foram aprovados em julho de 1983).

Nos termos legais, a CDAM convocou o conselho consultivo para se pronunciar sobre este pedido, tendo convidado a DGD para assistir ou se fazer representar na reunião, a qual teve lugar em 1 de março, e onde as pretensões da FPKDA receberam 16 votos favoráveis, contra 2 e 3 abstenções.

Evidenciando um total desrespeito pela vontade da maioria das associações democraticamente expressa no Conselho Consultivo, no dia 5 de março, a FPK insiste com a WUKO para ser reconhecida no lugar da CDAM, antecipando-se à comunicação da CDAM em benefício da FPKDA.

A DGD, em 5 de maio de 1986, telegrafou à ECU, em Madrid:

Sr. Jacques Delcourt, presidente da ECU e da WUKO – Em nome do Ministro da Educação e Cultura, que supervisa todas as actividades desportivas em Portugal e de quem a CDAM é um órgão subordinado, informo-o da sua não concordância com a decisão da CDAM reconhecer à FPKDA a capacidade para representar Portugal nas federações internacionais, dado que a FPKDA não é a federação portuguesa de karaté oficial. Por esta razão, ambas ECU e WUKO, devem considerar como não efectiva a intenção da CDAM de transferir para a FPKDA o “seu poder de filiação” – Assinada por Arcelino Mirandela da Costa.

O mal-estar entre a CDAM, a DGD e o MEC vai-se agudizando. Em 27 de maio de 1986, o Ministro da Educação e Cultura faz um despacho (n.º 9-1-MEC/86) a referir o seguinte:

Tendo chegado ao conhecimento do meu Gabinete que, através da circular n.º 21/86 de 19/05/86, da Comissão Diretiva das Artes Marciais, foi convocada uma reunião do Conselho Consultivo desta Comissão para o próximo dia 07 de Junho de 1986, às 14.30 horas, nas instalações do EMFGA;

Constituindo o Conselho Consultivo da CDAM, nos termos da Portaria n.º 96/84, de 13 de Fevereiro, o órgão representativo dos praticantes junto da Comissão;

Constando da convocatória para a reunião acima referida a menção de que se teria verificado “ultimamente uma interferência insólita da DGD, com repercussões no funcionamento da Comissão, o que igualmente justifica uma troca de impressões sobre o assunto”;

Considerando as determinações que a D.G.D. tem transmitido à CDAM o são em execução de decisões do Ministro, sendo inaceitável que se convoquem as associações de artes marciais para discutir as orientações ministeriais em relação à CDAM;

Determino:

- 1- Não é autorizada a convocada reunião do Conselho Consultivo da CDAM a realizar em 7-6-86, devendo a CDAM proceder urgentemente à sua desconvocação;
- 2- Não são permitidas quaisquer novas reuniões daquele Conselho Consultivo, sem que a respectiva convocação e ordem de trabalhos sejam por mim prévia e expressamente aprovadas.

Notifique-se a CDAM deste meu despacho.

Em 8 de dezembro de 1986, o jornal *O Jogo*, noticia que o “mestre dos mestres proibido no Algarve”. Tratou-se da proibição de “cinco sessões-exibição de artes marciais”, promovidas por Dschero Khan, nascido na Mongólia, oficial da Força Aérea holandesa e chefe de segurança da Rainha Beatriz. Segundo o jornal, Khan consta no “livro Guinense de recordes por ter morto um touro de 600 quilos só com um murro”.

### **3.6 A agonia e o fim da CDAM**

O projeto de decreto-lei que visava extinguir a CDAM foi circulado através do ofício n.º 20/86, de 16 de maio, e presente à reunião do Conselho de Ministros de 5 de julho, como ponto dezoito da respetiva agenda de trabalhos, tendo sido aprovado. O texto circulado e presente a Conselho de Ministros já continha as assinaturas de todos os membros do Governo competentes em razão da matéria, nomeadamente os ministros da Defesa Nacional, Administração Interna, Justiça e Educação e Cultura, tendo, contudo, em Conselho de ministros sido deliberado que a redação do artigo 4.º fosse alterado, ficando os ministros da Justiça e da Educação e Cultura incumbidos da elaboração do novo texto, o que foi feito pelo gabinete da Justiça e remetido ao gabinete do Secretário de Estado da Presidência do Conselho de Ministros, em 12 de Junho. Entretanto, a nova redação do artigo 4.º não tinha o

acordo do senhor ministro da Educação e Cultura, pelo que o projeto não seguiu os seus trâmites.

O projeto MEC-9 é apreciado nos referidos ministérios, sendo objeto de pareceres negativos. Apesar das posições em contrário expressas pelos diversos ministérios envolvidos, e comunicadas ao MEC, no Conselho de Ministros de 5 de junho de 1986 veio agendado o projeto MEC-9, o qual trazia já as assinaturas dos ministros interessados, tendo sido aprovado.

O Diário da República, II Série, n.º 194, de 25 de agosto de 1986, através do Ministério da Educação e Cultura, dá-nos a conhecer as classificações dos praticantes de artes marciais, homologadas pela CDAM (cf. Tabela 1).

**Tabela 1**

*Classificações pedagógicas homologadas pela CDAM, 1986*

<b>Classificações Pedagógicas</b>	<b>Homens</b>	<b>Mulheres</b>	<b>Total</b>
Mestres de Artes Marciais (Honorífico)	2		2
Mestres de Aikido	1		1
Mestres de Karaté	1		1
Professores de Artes Marciais (Honorífico)	6		6
Professores de Aikido (1.º Grau)	1		1
Professores de Karaté (1.º Grau)	4		4
Instrutores (2.º Grau)	18		18
Monitores (3.º Grau)	336	19	355
Monitores de Luta de Defesa Pessoal	6	1	7
Graduações Honoríficas Homologadas	13		13
Graduações Homologadas de Aikido	65	8	73
Graduações Homologadas de Ju-Jitsu	11		11
Graduações Homologadas de Karaté	216	9	225
Graduações Homologadas de Shorinji-Kempo	11	3	14
Graduações Homologadas de Taekwondo	68	5	73
Graduações Homologadas de Viet-Vo-Dao	5		5
Graduações Homologadas de Yoseikan-Budo	6		6
<b>Total</b>	<b>770</b>	<b>45</b>	<b>815</b>

Fonte: Autor, com base no DR, II Série, n.º 194, de 25/08/1986, pp. 7911-7916

Apesar de tudo isto, em 18 de dezembro de 1986, a SEPCM envia à PR o mesmo diploma para promulgação, tendo sido publicada no DR I Série n.º 33, de 9 de fevereiro de 1987, com o n.º 69/87<sup>50</sup>. A parte introdutória vem esclarecer que:

<sup>50</sup> DG n.º 33, I Série.

- A repressão do ensino incorrecto não é preocupação exclusiva das artes marciais, mas sim comum a todas as modalidades desportivas e formativas;
- A disciplina da prática desportiva vulgarmente designada “artes marciais” deverá ser, preferencialmente, prosseguida através de mecanismos de auto-regulamentação, à semelhança do que sucede com as restantes modalidades desportivas, através das respectivas federações;
- Neste sentido, justifica-se, quer para as artes marciais, como para os restantes desportos de combate, uma adequada preparação dos agentes de ensino, o que já se encontra previsto no Decreto-Lei n.º 98/85, de 4 de Abril, e no Decreto-Lei n.º 163/85, de 15 Maio;
- Assim, carece de sentido a manutenção do apertado regime de condicionalismo actualmente vigente, bem como do regime de sancionamento penal que lhe é inerente, pelo que se impõe a sua revogação.

Ficaram assim expressas as razões que levaram o Governo a extinguir a CDAM (Art.º 1.º), e a transferir para a DGD todos os direitos e obrigações de que era titular, bem como todos os bens móveis que lhe estavam afectos. O pessoal que se encontrava destacado regressaria aos seus serviços de origem. Para que a transição se fizesse sem perturbações, estipulou-se, no Art.º 4.º, ponto 1 e 2, deste Decreto-Lei, que:

(...) O exercício do ensino das artes marciais fica condicionado à posse de licença, concedida pelo Ministério da Educação e Cultura, sob proposta de uma comissão composta pelo director-geral dos desportos, que presidirá, e por um representante do ISEF de Lisboa, um representante do COP, um representante do Ministério da Defesa Nacional, um representante do Ministério da Administração Interna e um representante do Ministério da Justiça. Será obrigatória, para os detentores da licença a que alude o n.º 1, a frequência periódica de acções de formação, que funcionarão no âmbito da DGD (...) ouvidas a comissão (...) e as estruturas associativas das modalidades abrangidas.

## Segundo João Correia Boaventura,

Tanto aparato só tinha como objectivo sustentar a difusão da criação de federações da mesma modalidade, porque as reuniões eram mensais, e para perderem força com o tempo, como veio a acontecer. A prática visava a passagem de toda a burocracia da CDAM para a DGD, a reciclar, colocando as modalidades marciais ao nível das modalidades desportivas. Convém não esquecer que o próprio Jigoro Kano teve muita relutância em considerar o judo como desporto, e acabou por ser o primeiro representante da Federação Internacional de Judo<sup>51</sup>.

A posição da DGD sobre esta matéria era a de desaconselhar o Ministério de Educação e Cultura a conceder estas licenças, para evitar a fractura das modalidades. Com efeito, a

---

<sup>51</sup> Depoimento de João Correia Boaventura ao autor, em 6 de outubro de 2005.



Comissão que propunha a concessão das licenças não tinha uma especialização em todas as modalidades e disciplinas, extremamente variadas, que permitisse uma decisão segura e fundamentada, daí resultando mais uma vez os constantes recursos contenciosos. Deste modo, foi proposto que a comissão, surgida como um compromisso transitório, fosse extinta, logo que cumpridas as tarefas, passando a concessão das licenças para a competência das federações, à semelhança do que acontecia com as modalidades ditas desportivas (cf. Figura 4).



**Figura 4: Licença de ensino de artes marciais emitida pela CDAM**

Fonte: Fiadeiro (2018, p. 70)

As artes marciais ao serem integradas neste organismo estatal foi-lhes negada essa denominação, englobando-as no domínio da prática desportiva. Tendo perdido a sua eficácia bélica, foram apadrinhadas pelo desporto. Elas são apenas desportos de combate, tal como o boxe.

A atuação da CDAM foi amada por uns, odiada por outros, desprezada por muitos. E a coexistência de dois organismos públicos de apoio e controlo das artes marciais, um, e desportos de combate, o outro, sempre foi controversa. De novo, o testemunho de João Correia Boaventura, é elucidativo sobre esta matéria:

Na DGD não concordávamos com a CDAM, na medida em que configurava um instrumento com cariz autoritário, e pressupunha a continuidade da ideologia corporativa do Estado Novo que vivia sob a alçada do medo, imbuído da ideia de que as artes marciais era uma coutada de bandidos e anarquistas que se

serviriam delas para derrubar o regime da “democracia orgânica” como Salazar o designava. De resto, este medo foi herdado da Monarquia Constitucional, mantido na 1.ª República e refinado pelo Estado Novo. Com o advento da Democracia havia que erradicar esses temores. Por outro lado, a arquitectura administrativa desportiva era contraditória porque se apresentava, como Janus, com duas faces: uma, a CDAM olhando para dentro; e outra, a DGD, olhando para fora. Isto independentemente de haver queixas de algumas formações de artes marciais que se lastimavam da parcialidade de tratamento (...), que facilitava tudo aos da sua simpatia, e obstaculizava as outras (...)<sup>52</sup>.

---

<sup>52</sup> Depoimento de João Correia Boaventura ao autor, em 23 de setembro de 2005.

## CONCLUSÃO

Como conclusão deste trabalho de investigação, podemos dizer que as informações internas do MDN, Centro Militar de Educação Física, Equitação e Desportos, de novembro de 1959, salientam o interesse das artes marciais, especialmente do judo, na preparação do pessoal das FA e alvitra-se a criação de um centro civil, ligado à Defesa Nacional, onde seria cultivado o judo sob a forma marcial, com vista ao futuro aproveitamento dos judokas nas FA, quando da sua incorporação como militares.

A UBU, com o fim principal de exercer o controle das artes marciais em Portugal, usou-se da tática inicial de salientar o interesse do judo para as FA e da vantagem de estas colherem os benefícios da preparação de quadros habilitados, sem despesa com isso. Uma vez conseguida a sua posição oficial, utiliza a tática da perigosidade na segurança para justificar o seu controle absoluto. A redacção do Decreto-Lei n.º 48462 estava feita para conduzir à tal solução, mas foi rejeitada, criando-se a CDAM (Decreto-Lei n.º 105/72, de 30 de março), com a incumbência de orientar, controlar e fiscalizar as AM&DC.

As medidas repressivas tomadas por esta entidade, designadamente o encerramento de instalações, resultaram ineficazes, por força do deferimento a pedidos de suspensão de executoriedade e de recursos contenciosos. Por outro lado, as medidas tiveram que ser tomadas pelos membros do Governo de então com tutela sobre o desporto, com o consequente envolvimento em polémicas no meio desportivo, até pela dificuldade de num terreno tão especial fundamentar linearmente medidas drásticas de encerramento e proibição de exercício de atividades, factos que foram normais no Estado Novo, mas intoleráveis no Estado Democrático, por persecutórios. Nos tipos de intervenção decorreu uma dinâmica incontrolável, que levou o Estado a assumir cada vez mais as suas funções com o correspondente peso administrativo. A fiscalização destas atividades pelo Estado exigia reforços de pessoal, nomeadamente, inspetores regionais, e em última análise para ser eficaz carecia de uma “polícia das artes marciais”.

Dado que as artes marciais, na concepção da CDAM, podiam ser aproveitadas por grupos clandestinos ou subversivos, as polícias não dispunham de meios suficientes para vigiar e reprimir tais atividades, nem havia necessidade de se sujeitar a generalidade dos praticantes a medidas excepcionais de controle desportivo, injustificadas.

As alegadas razões de segurança levaram a uma situação anómala: a CDAM era uma entidade integrada na administração pública, que se filiava nas organizações internacionais das artes marciais e as representava no COP; com a filiação nas internacionais e a inscrição no COP, a CDAM antecipava-se assim às federações nacionais e eliminava-lhes os passos.

As ações da CDAM, se algumas delas até bastante meritórias, como foi o caso da formação, revelaram-se incapazes de gerar confiança e credibilidade na opinião pública em geral e nos praticantes destas artes, em particular. O Conselheiro-Técnico da CDAM estava convicto “de que a consciência das pessoas despertará para compreenderem que é do seu interesse a existência de um quadro legislativo adequado e que os condicionamentos dele decorrentes são uma necessidade equivalente à do Código da Estrada que não foi feito para coartar a liberdade de os cidadãos circularem, mas sim por imperativo da exigência de se poder circular com segurança” (Fiadeiro, 1984, p. 39).

A CDAM considerava que a grande maioria dos praticantes não se apercebe do submundo com quem coabita e rejeita qualquer conotação com este aspeto negativo, demarcando-se dele e exige do Estado providências para interditar as práticas que possam colocar em causa o seu prestígio. No caso dos praticantes do tipo desportivo, a CDAM considerava que elas eram utilizadas como os desportos de combate, sem problemas de maior, mas estes tinham “vocação para liderar e querer absorver toda a organiza o, excluindo toda e qualquer prática que se afaste do desporto”.

Os jornais da época dão conta do mal-estar gerado pela CDAM e pelo seu presidente, acusado de “pequeno ditador, tudo fazendo para conservar o seu lugar e eternizar a posi o da comissão”.

Extinta a CDAM, em 1987, as artes marciais passaram a ser consideradas práticas desportivas.

Os resultados revelam que o “poder”   uma rela o e não um atributo dos atores. E ele só se pode manifestar – e, portanto, opressor para uma das partes em presença – pela rela o, colocando os atores dependentes uns dos outros. Por outro lado, o sistema de agentes sociais, para utilizarmos a expressão de Bourdieu (2002), e de institui es revela um “campo de concorrência”, no qual se confrontam os agentes sociais, tendo interesses específicos ligados   posi o que ocupam. O desporto funciona como um campo e não se podem compreender os fen menos desportivos, num determinado momento, sem se integrarem num contexto social, colocando em rela o com as condi es sociais e econ micas das sociedades correspondentes. O que se passou com a CDAM  , de facto, um caso singular. O mundo

social das AM&DC é construído, individual e coletivamente, na cooperação e conflito. Existiu uma “interpretação pública da realidade”, ou seja, “os grupos em conflito querem fazer triunfar a sua interpretação do que as coisas foram, são e serão” (Bourdieu, 2001, p. 61). A CDAM moldou (e foi moldada) a prática das AM&DC em Portugal. Com a sua extinção, como diria Bourdieu (2001, p. 71), foi desfeito “por decreto o que o Estado por decreto fizera”.

## BIBLIOGRAFIA

- Baquet, M. (1942). *Éducation sportive*. Les Editions Godin.
- Bernard, O. (2014). *L'arrière-scène du monde des arts martiaux*. PUL.
- Bernard, O. (2015). *L'imaginaire des arts martiaux au cinéma*. Thèse de doctorat en sociologie. Université Laval.
- Bernard, O. (2020) (dir.). *Arts martiaux. Étude des pratiques et des valeurs contemporaines*. PUL.
- Bouet, M. (1968). *Signification du sport*. PUF.
- Bourdieu, P. (2001). *Razões práticas : sobre a teoria da acção*. Celta.
- Bourdieu, P. (2002). *Questions de sociologie*. Les Editions de Minuit.
- Braunstein, F. (1999). *Penser les arts martiaux*. PUF.
- Braunstein, F. (2001). *Les arts martiaux aujourd'hui : états des lieux*. L'Harmattan.
- Brohm, J. M. (1992). *Sociologie politique du sport*. Nancy : PUN.
- Brohm, J.-M. (1976). *Sociologie politique du sport*. Jean-Pierre Delarge Editions Universitaires.
- Bromberger, C. (1998). *Football: la bagatelle la plus sérieuse du monde*. Bayard Éditions.
- Clément, J.-P. (1981). La force, la souplesse et l'harmonie : étude comparée de trois sports de combat : lutte, judo, aikido. In Christian Pociello (1981), *Sports et société : approche socio-culturelle des pratiques* (pp. 285-301). Vigot.
- Clément, J.-P. (1995). *Étude comparative de trois disciplines de combat (lutte, judo, aikido) et de leurs usages sociaux*, Thèse de doctorat en Sociologie. Université Paris 7 : UFR Sciences Sociales.
- Clément, J.-P. (2001). Les arts martiaux et la société française : sociologie historique de l'implantation du jûdô et de l'aikidô. *Daruma*, 8-9, 175-199.
- Comission de la Doctrine du Sport (1965). *Essai de la doctrine du sport*. HCC.
- Crozier, M., & Friedberg, E. (1977). *L'acteur et le système*. Éditions du Seuil.
- Dervaux, S. (1997). *Traiter la déviance par la pratique éducative des activités de combat*. Éditions ANRT (atelier national de reproduction des thèses), Thèse de doctorat. Département des sciences de l'éducation, Université de Paris X-Nanterre.
- During, B. (2002). La sociologie du sport en France. *L'année sociologique*, 52(2), 297-311.
- Ehrenberg, A. (1991). *Le Culte de la performance*. Calman-Levy.

- Elias, N. (1975). *La dynamique de l'Occident*. Calman-Lévy.
- Elias, N., & Dunning, E. (1986). *Quest of excitement, sport and leisure in the civilizing process*. Basil Blackwell.
- Fiadeiro, J. (1984). Artes marciais/desportos de combate – evolução ou vias diferentes? *Ludens*, Lisboa, 8(3), 35-39.
- Fiadeiro, J. (2018). Resenha histórica da Comissão Diretiva das Artes Marciais. In *Anuário de Atividades 2018 da Comissão de Educação Física e Desporto Militar* (pp. 67-71), Centro de Audiovisuais do Exército.
- García, C., Rosa, V., & Gutiérrez, P. (2010). Introducción de las artes marciales asiáticas en Portugal. *Materiales para la Historia del Deporte VIII*, 2, 9-17.
- Garcia, R., & Cunha, A. (2016). *Jogos Olímpicos sob o signo da utopia*. Visão & Contextos.
- Lipovetsky, G. (1992). *Le crépuscule du devoir : l'éthique indolere des nouveaux temps démocratiques*. Éditions Gallimard.
- Lipovetsky, G. (2006). *Le bonheur paradoxal : essai sur la société d'hyperconsommation*. Éditions Gallimard.
- Magnane, G. (1964). *Sociologie du sport*. Éditions Gallimard.
- Mauss, M. (1936). Les techniques du corps. In Marcel Mauss (1950), *Sociologie et anthropologie* (pp. 357-477). PUF.
- Mennesson, C. & Clément, J.-P. (2010). Boxer comme un homme, être une femme. *Actes de la recherche de sciences sociales*, 179, 76-91.
- Nitobé, I. (1927). *Bushido, l'âme du Japon*. Payot (trad. Charles Jacob).
- Ordioni, N. (2002). *Sport et société*. Ellipses.
- Perelman, M. (1975). Vingt theses sur le sport. *Quel-corps ?*, 1, 13-16.
- Pinguet, M. (1984). *La mort volontaire au Japon*. Gallimard.
- Prévost, J. (1937). *La chasse du matin*. Éditions Gallimard.
- Rosa, V. (2007). Encuadramiento legal e institucional de las artes marciales y deportes de combate en Portugal. *Revista de Artes Marciales Asiáticas*, 2(4), 8-31.
- Rosa, V. (2016a). Perspetivas e entendimentos dos praticantes portugueses de karaté sobre o conceito de Budô. *Revista de Artes Marciales Asiáticas*, 10(2), 124-134.
- Rosa, V. (2016b). *Artes marciais e desportos de combate em Portugal. Enquadramento legal e institucional de 1970 a 1990*. Saarbrücken: Novas Edições Acadêmicas.
- Rosa, V. (2017). *A prática desportiva do karaté em Portugal. Análise sociológica sobre as identidades, ideologias, comunidades e culturas dos karatecas (cintos castanho e negro)*

- portugueses*. Tese de doutoramento (policopiada) em Educação Física e Desporto, Didática. ULHT.
- Rosa, V. (2019). As técnicas do corpo em Marcel Mauss e o campo desportivo. *Estudos Sociológicos*, 24(47), 341-350.
- Rosa, V. (2020). *Análise sociológica de práticas de combate dual em Portugal: estudo de caso dos praticantes avançados do judo e do aikido*. Relatório de Estágio Científico Avançado de Pós-Doutoramento em Sociologia. Centro de Investigação e Estudos de Sociologia (CIES-Iscte) – Instituto Universitário de Lisboa.
- Rosa, V.; García, C., & Gutiérrez, M. (2010). Introducción de las Artes Marciales Asiáticas en Portugal. *Revista Materiales para la Historia del Deporte VIII*. Universidad Pablo de Olavide (Sevilla) e Asociación Andaluza de Historia del Deporte, Wanceulen Editorial Deportiva, 9-17.
- Staley, S. (1955). *The world of sport*. Champaign.
- Terret, T. (2006). Le genre dans l’histoire du sport. *Clio. Histoire, femmes et sociétés*, 23, 209-238.
- Yonnet, P. (2004). *Huit leçons sur le sport*. Gallimard.

## **Legislação**

- Decreto-Lei n.º 48462, de 2 de Julho de 1968, DG n.º 155, I Série.
- Decreto-Lei n.º 105/72, de 30 de Março, DG n.º 76, I Série, de 30/3/1972.
- Portaria n.º 813/73, de 17 de Novembro, DG n.º 269, I Série.
- Decreto-Lei n.º 400/74, de 29 de Agosto, DG n.º 201, I Série.
- DG n.º 244, I Série.
- Decreto-Lei n.º 71/81, de 7 de Abril, DG n.º 81/81, I Série.
- Decreto-Lei n.º 23/82, de 30 de Janeiro, DG n.º 25, I Série.
- Despacho Normativo n.º 31/82, de 25 de Fevereiro, DG n.º 63, I Série, 17/3/1982.
- Despacho de 13 de Dezembro de 1982, DG n.º 75, II Série, 31/3/1983.
- DR I Série n.º 33, de 9 de Fevereiro de 1987, com o n.º 69/87, DG n.º 33, I Série.
- DR n.º 262, III Série.
- DG n.º 134, I Série, 8/06/1972.
- DG n.º 243, de 18/10/1972.
- DG n.º 249, II Série, de 25/10/1972.
- DG n.º 278, II Série, de 29/11/1972.



DG n.º 293, II Série, de 19/12/1972.  
DG n.º 7, II Série, de 9/01/1973.  
DG n.º 7, II Série, de 9/01/1973.  
DG n.º 16, II Série, de 19/01/1973.  
DG n.º 102, II Série, de 01/03/1973.  
DG n.º 155, II Série, de 4/07/1973.  
DG n.º 202, II Série, de 30/08/1974.  
Despacho n.º 5/83, de 22/4/1983, DG n.º 114, II Série, 18/5/1983.  
Portaria n.º 96/84, de 13/02/1984.  
Portaria n.º 96/84, DG n.º 37, I Série, de 13/02/1984.  
DR n.º 152, II Série, 3/06/1984.  
DG n.º 159, II Série, 11/7/1984.  
Despacho de 27/11/1984, DG n.º 293, II Série, 20/12/1984.  
DG n.º 105, III Série, 8/5/1985.  
DG n.º 31, II Série, 6/2/1986.

## **Imprensa**

*A Bola*, de 9/01/1975, p. 5.  
*A Tarde*, de 9/05/1984, p. 23; de 29/05/1984, p. 23; de 26/10/1984, p. 23; de 31/10/1984, p. 22.  
*A Capital*, de 21/12/1973, de 15/04/1985, p. 48; de 25/11/1986, pp. 10-11.  
*Correio da Manhã*, de 15/04/1983, p. 34; de 10/05/84, p. 37; de 05/06/84, p. 35; de 16/04/1985, p. 4.  
*Diário de Luanda*, de 14/01/1973, p. 7; de 2/02/1974, p. 6.  
*Diário Popular*, de 10/05/1984, p. 23; de 6/04/1985, p. 8.  
*Diário de Notícias*, de 15/07/1975, p. 9; de 10/05/84, p. 14.  
*Diário de Lisboa*, de 4/01/1975, p. 14; de 12/05/84, p. 14.  
*Gazeta dos Desportos*, de 11/05/1984, p. 20; de 22/11/1985, pp. 20-21.  
*O Século*, de 24/11/1973, p. 5; de 4/04/1975, p. 15.  
*O Diário*, de 13/05/1984, p. 13; de 15/05/1984, p. 16.  
*Off-Side*, de 11/05/1984, p. 14, de 18/05/1984, p. 16.  
*República*, de 7/11/1974, p. 24.  
*O Jogo*, de 8/12/1986.

